

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL

LUANA GALLEANO MELLO

Alerta de gatilho:

Atualizações da cultura do estupro nas redes sociais

PORTO ALEGRE

2021

LUANA GALLEANO MELLO

Alerta de gatilho:

Atualizações da cultura do estupro nas redes sociais

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vanessa Soares Maurenre

PORTO ALEGRE

2021

Agradecimentos

À Vanessa Soares Maurenre, pela enorme acolhida, pelas trocas, paciência e falas assertivas. Por me incentivar e ser exemplo ético na academia.

Ao NUCOGS, o Oficinando, por me acolher em um momento tão difícil de minha jornada e ressignificarem minha experiência de mestrado.

À Maria Lucia, Ana, Adriel, Evandro. Vocês foram essenciais no início de minha caminhada no PPGPSI e me deram os incentivos para que eu não desistisse, dando mais alegria a esses momentos.

À GRITAM, por ser espaço de militância, resistência, e ressignificar a vida de tantas mulheres em vulnerabilidade, violência e sofrimento.

À Clara Galleano, tu me inspira a seguir escrevendo e militando.

*Ainda estamos sozinhas na boca do dragão.
O único apoio que temos é de nós mesmas*

(Lorde, 2020, p 38)

Resumo

Pesquisar sobre a cultura do estupro é um pesquisar feminista a partir do acompanhamento de movimentos nas redes sociais que possibilitam ser tanto espaços de resistência como de silenciamento de violência sexual. As produções de gênero que insistem em marcar nossos corpos como binários, a pornografia como parte dos processos de subjetivação violentos, e a normalização da violência sexual são eixos importantes desta escrita, ocorrendo a partir das atualizações e virtualizações da cultura do estupro nas redes sociais. O movimento #MeToo foi um dos primeiros movimentos nas redes sociais que incentivou o uso da linguagem como potência subversiva às lógicas violentas. Assim, é através do compartilhamento de relatos que podemos perceber a existência da cultura do estupro nas redes sociais, que muitas vêm atreladas ao termo *trigger warning*. Uso a cartografia como método ao passo que a pesquisa foi acontecendo e se transformando, se criando mapas ilimitados, que mudam, que se transformam. Como questões norteadoras propus pensar nas relações de poder em que estamos atravessadas, a fim de subverter a discursos misóginos, sexistas e opressores. Como resultados, a produção de gênero e a pornografia surgem enquanto produção de subjetividades violentas, que contribuem para a manutenção da cultura do estupro e à normalização da violência sexual. A figura do Ciborgue também foi uma ferramenta que possibilitou entender relações binárias entre natureza e tecnologia, e da potência existente nas transformações políticas e sociais para subversão das lógicas que nos produz e nos dividem.

Palavras-chave: cultura do estupro; redes sociais; feminismos; virtualização; violência de gênero.

Abstract

The Research about the rape culture is a feminist research based on the monitoring of movements on social networks, that make it possible to be spaces for resistance and silencing of sexual violence. Gender productions that insist on marking our bodies as binary, pornography as part of violent subjectivation processes, and the normalization of sexual violence are important axes of this writing, occurring from updates and virtualizations of rape culture on social media. The #MeToo movement was one of the first movements on social media that encouraged the use of language as a subversive power to violent logics. Thus, it is through the sharing of reports that we can perceive the existence of the rape culture on social networks, which many posts are linked to the term trigger warning. I use cartography as a method while the research has been happening and transforming itself, creating unlimited, changing and transforming maps. As guiding questions, I proposed thinking about the power relations in which we are crossed, in order to subvert misogynistic, sexist and oppressive discourses. As a result, the production of gender and pornography emerge as the production of violent subjectivities, which contribute to the maintenance of the rape culture and the normalization of sexual violence. The figure of Cyborg was also a tool that made it possible to understand binary relationships between nature and technology, and the power that exists in political and social transformations to subvert the logics that produce and divide us.

Keywords: rape culture; social networks; feminisms; virtualization; gender violence.

Resumen

Investigar la cultura de la violación es una investigación feminista basada en el seguimiento de los movimientos en las redes sociales que permiten ser tanto espacios de resistencia como de silencio frente a la violencia sexual. Las producciones de género que insisten en marcar nuestros cuerpos como binarios, la pornografía como parte de procesos de subjetivación violenta y la normalización de la violencia sexual son ejes importantes de este escrito, que se dan a partir de las actualizaciones y virtualizaciones de la cultura de la violación en las redes sociales. El movimiento #MeToo fue uno de los primeros movimientos en las redes sociales que fomentó el uso del lenguaje como un poder subversivo para las lógicas violentas. Así, es a través del intercambio de denuncias que podemos percibir la existencia de la cultura de la violación en las redes sociales, muchas de las cuales están vinculadas al término alerta de activación. Utilizo la cartografía como método mientras la investigación continúa, transformándose, creando mapas ilimitados, cambiantes y transformadores. Como preguntas orientadoras, propuse pensar en las relaciones de poder en las que nos atravesamos, para subvertir los discursos misóginos, sexistas y opresivos. Como resultado, la producción de género y pornografía surge como producción de subjetividades violentas, que contribuyen al mantenimiento de la cultura de la violación y la normalización de la violencia sexual. La figura de Cyborg fue también una herramienta que permitió comprender las relaciones binarias entre naturaleza y tecnología, y el poder que existe en las transformaciones políticas y sociales para subvertir las lógicas que nos producen y nos dividen.

Palabras clave: cultura de la violación; redes sociales; feminismos; virtualización; violencia de género.

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS	10
CULTURA DO ESTUPRO: PROJETO PARA ANIQUILAR MULHERES	27
CULTURA DO ESTUPRO E AS IMPLICAÇÕES DA PRODUÇÃO DE GÊNERO	43
CULTURA DO ESTUPRO E PERFORMANCES PORNOGRÁFICAS: DESAFIOS E SUBVERSÕES POSSÍVEIS	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	90

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Bem-vinda à distopia. Seria trágico se não fosse triste. Ou talvez seja um pouco dos dois. Triste e trágico. Distopias. Seria tão ideal pensar num mundo distópico como uma ameaça ao que está por vir, como uma negação da utopia, uma projeção futura que ameaça um ideal social. Creio, cara leitora, que esse ideal social já seja a ameaça. E sim, vivemos em uma sociedade distópica, ela não está por vir, ela já veio e ficou, nos capturou, nos vendou, produziu nossos corpos, e nem notamos sua chegada. Tal como o Conto da Aia e tantas outras produções de literatura de ficção científica que abordam mundos distópicos no imaginário da sociedade contemporânea. E, apesar de Atwood (2017) ter escrito o Conto da Aia há quase 70 anos, o contexto continua atual quando retrata a tortura por parte de agentes do Estado, a constante monitoração por dispositivos eletrônicos, a tentativa de se distorcer fatos, o apagamento de mulheres e a retirada de direitos, a manutenção das relações afetivas heterossexuais, e o estupro normalizado. Não deixamos nós de sermos seres ficcionais, sujeitos numa sociedade distópica. Produzimo-nos em uma rede social de atitudes e relacionamentos que posiciona mulheres e homens em categorias distintas e desiguais, que valoriza formas particulares de masculinidades, em detrimento de praticamente todas as formas de feminilidade, e segue a coexistir com o capitalismo e o racismo, dois grandes sistemas de opressão, que mesclados, se fortalecem. Assim esse texto vem com um grande aviso: seguir sua leitura possivelmente desencadeia algumas afetações, então deixo meu alerta de gatilho. É um conteúdo sensível, que afeta, revolta e nos conecta com as opressões de nossa própria história, que é singular e política.

Alerta de gatilho

Lembro do cheiro de carro velho.

Depois disso, lembro do banheiro enorme.

Às vezes ainda me pego voltando para isso. Geralmente se não estou confortável em algum ambiente e uso algum banheiro que não é o meu, por poucos segundos, volto a ter 8 anos - com receios

que alguém entre,

que esteja nas sombras do corredor.

ou passe por baixo da porta.

A culpa, como companheira mais íntima, era muito que conheci por longos anos. (diário de campo, dezembro de 2021)

No Brasil, a linguagem é binária, marcada pelo gênero, dicotomizando em masculino e feminino tudo o que nos rodeia. Já dizia Louro (2008) que as diferenças anatômicas entre homens e mulheres não teriam significado se não fossem os arranjos de gênero vigentes em nossa sociedade, e há muito venho querendo entender mais sobre tornar-se mulher, as afetações de isso se dar em uma sociedade conservadora/machista e o que eu, enquanto mulher cis, branca, classe média, bissexual, feminista, poderia fazer com isso. A primeira coisa que me provoca essa discussão é entender a sociedade e o sistema estrutural de opressão em que estamos inseridas, e algumas questões são essenciais para melhor problematização. Não nasci feminista, e boa parte da minha infância e adolescência eu nem sabia o que era isso. Tomava a verdade como aquilo que era me apresentado. Também vivi boa parte da minha infância e adolescência na igreja católica, e nesse espaço ouvia regularmente sobre uma verdade sobre o meu corpo e minha sexualidade que não era a minha. Assim, revisitar algumas memórias me dá pistas para refletir sobre o pessoal ser político, pois localiza de onde venho e como essa escrita se produz. Para a teoria feminista, o pessoal se torna uma categoria expansiva, pois acomoda estruturas políticas que normalmente podem ser vistas como públicas. Assim, uma situação, inicialmente minha, é assim ser por também a de outra pessoa, e meus atos, apesar de serem individuais, reproduzem o contexto de meu gênero e o fazem de diferentes formas. Ou seja, “existe a suposição de que o universo das relações de gênero é formado pelo menos parcialmente por atos individuais concretos tanto quanto historicamente mediados” (BUTLER, 2019, p. 218).

Assim, escrever sobre as implicações da cultura do estupro como a normalização de violências sexuais é nada mais que decorrente do processo de desconstrução e de onde me localizo enquanto identificada como mulher. Quando você ouve durante seu crescimento que é seu dever de mulher cuidar da casa e dos filhos, que precisa se cuidar esteticamente, ser magra, ter cabelo comprido, se maquiar para estar bonita, se depilar, usar roupas curtas e saltos desconfortáveis, não nota inicialmente o quanto isso é violento, o quanto isso é produzido e o quanto isso abre espaço para normalização de outras violências. Cresci ouvindo

exatamente essas coisas. Mas eu gostava de subir em árvores, e brincar do que os guris brincavam. Gostava de lutar, mas também gostava de brincar de cozinhar. Dependendo do que você ouve nestas situações, sua educação pode ser muito repressiva. E meus pais aprenderam assim, e os pais deles antes disso. É algo estrutural e construído, mas dado como natural. Por isso, entender os locais de onde falamos também é essencial, é algo que fala da forma como os discursos chegaram até nós e em que momento passamos a percebê-los. Há mais de cinco anos minha compreensão sobre gênero e violência segue se atualizando e virtualizando, e isso faz parte do processo de mudança e desconstrução de meus discursos e posicionamentos. O fato é que, apesar de a bolha em que eu estava submersa ter se rompido a algum tempo, preciso estar atenta ao uso das palavras que podem deslegitimar toda a construção desta escrita, cuidando para não desestabilizar conceitos, cair em universalizações e (re)produzir violências.

O aniquilamento de mulheres toma diversas formas, simbólicas e físicas. No Brasil 135 mulheres são estupradas e 12 são assassinadas por dia e 65% dos casos acontecem em casa. No mundo, 1 em cada 10 meninas e adolescentes já sofreram abuso sexual e 35% das mulheres já sofreram algum tipo de violência física ou sexual. Em relação ao assédio verbal, 29% das mulheres no Brasil são assediadas nas ruas, 22% no transporte público, 15% no trabalho, 10% em instituições de ensino e 6% em casa. A posição do Brasil em um *ranking* de 145 países, feito pelo Fórum Econômico Mundial sobre desigualdade de gênero é de 85 lugar. Uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos afirma ter sofrido alguma violência durante a pandemia de Covid, segundo pesquisa do Instituto Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)¹. Isso significa que cerca de 17 milhões de mulheres (24,4%) sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano. A porcentagem representa estabilidade em relação à última pesquisa, em 2019, quando 27,4% afirmaram ter sofrido alguma agressão. Também aumentou as taxas de agressões em casa, que passaram de 42% para 48,8% na pandemia.

¹ Disponível em:

<https://ibdfam.org.br/noticias/8831/Uma%20em%20cada%20quatro%20mulheres%20foi%20v%C3%ADtima%20de%20viol%C3%A2ncia%20no%20Brasil%20durante%20a%20pandemia>

Ainda assim, estima-se que a porcentagem de subnotificação de casos de violência chegue a 53%, ou seja, mais da metade não denuncia juridicamente. Quando falamos sobre mulheres negras, o número de casos de violência chega a ser quatro vezes maior. O Brasil também é líder em violência quando falamos de população LGBTQIA+. A violência contra travestis e transexuais também grita, principalmente quando 80% destas são pretas².

São dados alarmantes, que denunciam a existência de uma cultura do estupro no Brasil e da emergência desse estudo. É essencial que falemos sobre a pluralidade que existe nas formas de ser e tornar-se sujeito, e como essas existências são constantemente atravessadas por violências naturalizadas, o que precisamos nos atentar também a marcadores sociais, que, segundo Brilhante et al. (2019) são mais desiguais em relação à raça, etnia, classe, orientação sexual, idade e identidade de gênero. Os agressores são pais, avôs, vizinhos, tios, professores, amigos, famosos. Não são monstros. Mas em muitos círculos sociais se fecham os olhos para a proximidade da violência e se cria o ideário de que violência contra mulheres aconteça quando o homem tem algum transtorno ou devido a algum tipo de provocação, normalmente responsabilizando a vítima

Essa distopia que chamo cultura do estupro (*Rape Culture*³), termo que tem sido amplamente utilizado nas redes sociais, é construída por vários fatores e símbolos que naturalizam e banalizam as violências sexuais e responsável por criar ambientes onde as violências vêm sendo justificadas (“ela provocou”, “ela queria”). Discursos que justificam e naturalizam a violência sexual, comportamentos machistas e misóginos pautados na moral sobre a mulher, atos de assédio, objetificação e hiperssexualização do corpo feminino, e violação do consentimento são alguns exemplos⁴ que perpassam nossas existências. Pensar sobre uma cultura do estupro é estar pensando sobre a violência no país que sempre foi tratada como

² Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/80-das-pessoas-trans-mortas-por-violencia-no-brasil-sao-pretas-e-pardas-diz-organizacao.shtml> Acesso em 10 jan 2022

³ Foi mencionado pela primeira vez a partir do documentário norte-americano *Rape Culture* (1975) numa tentativa de conscientizar a sociedade sobre esse sistema. O filme discutia violência sexual de homens e mulheres no contexto de uma normalização cultural mais ampla. Produzido e dirigido por Margaret Lazarus e Renner Wunderlich a Cambridge Documentary Films

⁴ Exemplos citados no site da *Marshall University's Women's Center*. Disponível em:

<<https://www.marshall.edu/wcenter/sexual-assault/rape-culture/>> Acesso em 15 out 2020.

tabu e restrita ao privado, já que o entendimento social é que os atos de violência contra a mulher e filhos ficam entre as quatro paredes que se habita, sem intervenção da lei, além de ser justificada por inúmeros fatores que culpabilizam a vítima. O relatório “Tolerância social à violência contra as mulheres”, divulgado em 2014 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014) revela que 58% dos entrevistados concordavam com a afirmação de que “se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros”.

Segundo Débora Diniz (2014) gênero é um regime político cuja instituição fundamental é a família. É, também, onde o ideal social é baseado em discursos e práticas centrados na heteronormatividade⁵, que conseqüentemente está presente em diversos ambientes sociais e colabora para que os binarismos de gênero continuem a ser reproduzidos (dando o tom de nossa sociedade atual). Dentro desse contexto, a cultura do estupro torna-se possível porque existe uma hierarquia entre os gêneros e, atrelada a ela, está justamente esta norma heteronormativa, onde a propriedade a ser assegurada é o corpo das mulheres (DINIZ, 2014). Às meninas, subalternidade e submissão; aos meninos, dominação e violência.

As manifestações que denunciam a inexistência de direitos que consideram as mulheres como sujeitos, e a existência de uma opressão e violência que as atinge em diversas culturas, classes sociais e na ideia de que essa opressão persiste (RODRIGUES, 2016; PINTO, 2003) ocasionou a partir da metade do século XX diversas articulações e manifestações públicas no mundo decorrentes dessa desigualdade cultural e política.

Fico pensando quando foi a primeira vez que notei essa torção social que nos força ao encaixe de modelos prontos e homogêneos de masculinidades e feminilidades. É nos apresentados diversos estereótipos e padrões de moralidade onde a ideia é que correspondemos às expectativas de gênero que não consideram as pluralidades que nos envolve. Mas quando nós não questionamos, parece muito natural. Há muitas regras, principalmente quando os sujeitos em questão são mulheres. Essas regras nos silenciam, nos intimidam, nos aniquilam. (diário de campo, 18/02/2020)

⁵ Termo utilizado para se referir a heterossexualidade como norma social

A cultura do estupro me afeta, me desacomoda, me inquieta. E creio que você, lendo essas poucas palavras escritas, se inquieta de alguma forma também. A cultura do estupro é uma grande distopia, uma guerra, uma pandemia interminável. É uma realidade sinistra, e talvez você pense ser um olhar um tanto quanto pessimista. Mas é a partir da percepção dessa distopia que podemos iniciar processos de subversão e resistência. Os movimentos feministas, desde a década de 1960, colocam em questão valores conservadores da organização social, desafiando as relações de poder e hierarquia nos âmbitos público e privado (PINTO, 2003, p. 42). Entretanto, nossa cultura cotidianamente reforça a desvalorização de todas as características ligadas ao feminino, naturaliza a violência doméstica e romantiza a violência sexual. A expressão “O pessoal é político” reflete, portanto, a necessidade desestabilizar estas divisões entre público e privado, auxiliando na desnaturalização de velhas presunções ideológicas que se manifestam. Precisamos pensar em ampliar espaços de liberdade e equidade para mulheres.

Caracterização do problema

A opressão das mulheres pelos homens é um sistema dinâmico no qual as desigualdades vividas pelas mulheres são os efeitos das vantagens dadas aos homens. [...] Esta divisão do mundo, esta cosmogonia baseada sobre o gênero, mantém-se e é regulada por violências: violências múltiplas e variadas as quais – das violências masculinas domésticas aos estupros de guerra, passando pelas violências no trabalho – tendem a preservar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente aos homens à custa das mulheres (WELZER-LANG, 2001, p. 461).

A produção de gênero caracteriza a distopia da qual falamos, persegue nossos corpos e mantém a cultura do estupro. Somos mulheres, antagonistas no imaginário social. Bruxas, aias, medusas, histéricas, que ameaçam a estrutura heteronormativa. Há medo do que possamos fazer juntas quando nos damos conta das diferentes opressões. Por isso somos vilãs, ameaçamos a estrutura da família tradicional e somos constantemente incentivadas a competirmos com outras mulheres, e não nos unirmos. Tiram nossos direitos, nos silenciam, violentam, nos aniquilam. Esta produção de gênero violenta é elemento constitutivo de relações

sociais e uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995), que produz relações de gênero como relações hierarquizadas.

Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais (FOUCAULT, 2019, p. 209).

Assim, seria impossível pensarmos em cultura do estupro sem a relacionar com os movimentos feministas dado que são de extrema relevância, pois mostram o que mulheres, juntas, podem fazer na busca pela subversão de uma cultura violenta, contribuindo para que atualmente o conceito de cultura do estupro seja discutido e tensionado. As mulheres foram ganhando força não só nas manifestações públicas, mas também por diversos escritos, como livros e revistas em meados do século XX. Os estudos feministas foram um marco para uma série de grupos que buscaram, além das mulheres, a igualdade, o respeito e o combate à discriminação e ao silenciamento, inserindo as discussões de gênero na cultura de modo geral.

O debate sobre as relações de poder que inscrevem masculinidades e feminilidades em nossa cultura e, mais do que nunca, as redes sociais têm se mostrado o principal lugar onde, estando isolados devido à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), é permitido expormos nossas afetações, opiniões, discursar, resistir, militar e a vejo como um campo potencial para acontecimento dessa pesquisa. A partir disso, é importante também destacar os atravessamentos que a pesquisa tenha devido à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). Quando iniciei a pós-graduação, não imaginava o que estaria por vir, nem eu, nem ninguém. Me vi tendo de me adaptar, emocional e fisicamente, lidando com as ansiedades do isolamento. Parecia que a vida havia parado e, por um tempo, a pesquisa parou também. Muitas coisas seguiram se transformando, mas a dinâmica de relações já não era a mesma. Tive de encontrar novos significados para a minha vida pessoal e profissional. Nesse processo em constante construção, iniciei como psicóloga voluntária no Grupo Interdisciplinar de Assistência Jurídica para Mulheres em situação de violência do Serviço de Assistência Jurídica, vinculado à faculdade de

Direito da UFRGS em 2020, também publiquei um artigo feito na graduação e finalmente reencontrei minha pesquisa e o mestrado, depois de um longo processo de reconhecimento frente às violências presentes em minha caminhada e da necessidade de seguir resistindo.

Sendo uma das premissas do feminismo acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão (hooks, 2020), meu interesse em falar sobre a cultura do estupro se acentua a partir do acompanhamento de movimentos crescentes nas redes sociais, que possibilitam ser tanto espaços de resistência como de silenciamento. O ciberfeminismo é de essencial relevância, pois mostra o que mulheres, juntas, podem fazer na busca pela subversão de uma cultura violenta a partir das novas tecnologias de comunicação, que possibilitam novas formas de organização de questionamentos e resistências e contribuem para novas construções dos discursos feministas (LE MOS, 2009). Haraway (2019) também é fundamental para a teoria ciberfeminista, e oferece um grande espectro de análise das relações entre feminismos e novas tecnologias. A figuração do Ciborgue é uma ferramenta que possibilita problematizar as relações binárias entre natureza e tecnologia, portanto é importante a esta pesquisa, pois simboliza as transformações políticas e sociais que nos permite buscar formas de subversão em uma cultura que segue nos produzindo e nos dividindo.

Um destes movimentos pode ser retratado através da Marcha das Vadias, movimento de resistência contra a ideia normalizada em nossa cultura de que mulheres vítimas de assédio e violência provocam os atos cometidos contra elas. A Marcha tomou forma em 2011 após diversos casos de abuso sexual estarem ocorrendo na Universidade de Toronto e o policial Micael Sanguinetti culpabilizar os abusos ao falar que, se mulheres evitassem se vestir como vadias, isso não teria acontecido. Os manifestos tomaram proporção mundial (ocorreram no Brasil pela primeira vez em 2011), e denunciam a desigualdade de gênero, o machismo e a normalização da violência sexual. Assim o movimento possibilita a existência de visibilidade discursiva nas manifestações no que refere aos direitos das mulheres sobre o próprio corpo (VALENTE & MARCINIK, 2014) e abre uma discussão que ocupa diversos espaços, usando das tecnologias digitais como espaço possível para divulgação e articulação do movimento.

A Marcha das Vadias foi um dos importantes passos. No Brasil, pessoas nas redes sociais em 2016 discutiram largamente sobre a existência de uma cultura do estupro no Brasil a partir do caso de estupro coletivo de uma jovem no Rio de Janeiro⁶ que foi noticiado e a menina foi amplamente culpabilizada, precisando posteriormente se mudar e alterar seu nome para se proteger da sociedade, que seguiu a tornando vítima de diversas violências através dos discursos. Alinhado a este acontecimento, o movimento #MeToo⁷ foi um dos primeiros movimentos nas redes sociais e que também ganhou força em 2016, incentivando o relato de situações assédio e de violência sexual e a discussão emergente sobre a existência de uma cultura do estupro (ABDULALI, 2020) no mundo todo. Então, desde este momento, cresce o uso da linguagem ciborgue como potência subversiva às lógicas violentas. O diálogo precisa seguir furando bolhas e provocando coalizões. É através do compartilhamento de relatos nas redes sociais que podemos perceber a existência da cultura do estupro. Essa manifestação virtual também pode ser considerada uma escrita de resistência, questionadora das ideias opressoras vigentes, de potência performática e que coloca em cena um sujeito que sofre as violências que a cultura do estupro representa, construindo discursivamente algo que não se pode mais calar (BOCHI & RODRIGUES, 2020).

Desta forma, tomo como ponto inicial que as narrativas de outras mulheres presentes no ciberespaço se encontram com as minhas próprias narrativas, e na tentativa de conhecer e perceber o mundo não mais como unidade de sentido, mas como produzido por múltiplas discursividades e subjetividades, o conhecer não é mais encontrar a representação adequada, a resposta “certa”, mas procurar a multiplicação de olhares, de não procurar soluções, e nos possibilitar o questionamento de opressões. Nesse sentido, venho optando lutar contra o silenciamento e a opressão que muito nos acompanha, e dentro dessa escrita me proponho como problema de pesquisa pensar: como se atualiza e virtualiza a cultura do estupro nas redes sociais? Assim, a partir de um viés epistemológico cyberfeminista e pós-estruturalista, penso nas possibilidades de desterritorialização

⁶ Disponível em:

<<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-conta-que-acordo-u-dopada-e-nua.html>> Acesso em 28 out 2020.

⁷ Movimento iniciado nas redes sociais que luta contra os abusos e assédios sexuais.

de discursos patriarcais, sexistas, violentos e opressores. Tomei como discussões importantes a produção de gênero, a pornografia e a violência sexual como repressões que fazem parte dessa cultura. Encaro, também, a cartografia como a metodologia capaz de considerar as afetações e problematizações que estão aqui presentes.

Método de pesquisa

Como pesquisar em tempos distópicos e pandêmicos? Recentemente vi como tem sido inevitável estar em frente às telas. A tecnologia tem sido essencial em qualquer situação de cunho profissional, social e pessoal. Isso explicita a realidade do momento atual, onde uma das medidas adotadas como prevenção ao COVID-19 é o distanciamento social e, por consequência, o uso de aparelhos eletrônicos se tornou cada vez mais constante. Reuniões de trabalho e com amigos, aula *online*, consumo de filmes e séries, tudo é realizado praticamente por dispositivos eletrônicos. As novas formas de viver, imersivas, se atualizaram em poucos cliques a partir de uma digitalização dos espaços e um processo de desterritorialização da vivência. Sem tempo e espaço geográfico: tudo acontece o tempo todo. E cada vez mais estamos familiarizados com termos como engajamento, algoritmo, monetização e, sem dúvida, esvaziamento do conhecimento e fazendo parte daqueles que navegam pela rede digital na procura de conexões.

Eu e você, leitora, somos testemunha disso, da desterritorialização do viver, e do produzir conhecimento, não somente acadêmico, mas de novas formas de estudar e compartilhar, afetar, criar, aproximar, vincular, trabalhar. Talvez o pesquisar pandêmico esteja muito vinculado a esta escrita em rede e da dificuldade de desvincularmos o corpo às máquinas. Somos corpos até onde se vê na máquina. Corpos híbridos. Donna Haraway, em seu escrito “Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”, (1985) destaca que “Nossas máquinas são perturbadoramente vivas e nós mesmos assustadoramente inertes” (p. 42). Nossas relações sociais, que estão cada vez mais mediadas pela ciência e a tecnologia, tem grande importância na vida das mulheres, nos avanços

que e também para percepção de práticas homogenizantes. Haraway formula a 2figura do ciborgue, um ser que é humano e, em simultâneo, máquina. O ciborgue como um híbrido do natural e do artificial, passa por um processo constante de mudança. Por isso, a figuração do ciborgue é importante a esta pesquisa, pois simboliza as transformações políticas e sociais e nos permite buscar formas de subversão de um mundo distópico que nos produz e nos divide, para que seja possível nos desprendermos de binarismos. Haraway (1985) também tinha como linha importante, a qual me baseio, a construção de uma política que não categoriza a situação da mulher em relação ao homem, mas que rompe com as dicotomias estabelecidas socialmente. Um mundo formado por ciborgues nos permite questionar posições hierárquicas de dominação e controle, nos permite questionar a cultura do estupro.

Esta pesquisa é, portanto, uma pesquisa feminista, pois me aprofundo às produções de gênero que insistem em marcar nossos corpos como binários, à pornografia como parte dos processos de subjetivação violentos, e à normalização da violência sexual como algumas problemáticas que remetem à cultura do estupro. Vejo como um compromisso ético-estético-político construir a metodologia a partir do que faz sentido enquanto pesquisadora, e desenvolver uma pesquisa através das afetações presentes nesse percurso é essencial, pensando a ética, a estética e a política como “ferramentas de subversão do que aparece como verdade natural e aprisiona a produção da diferença” (REGIS & FONSECA, 2012). O discurso feminista tomado na escrita é caracterizado por uma forte e consciência de sua própria situação em relação ao discurso e às normas dominantes, criticando a ideia de universalização da verdade feita através do método tradicional da epistemologia analítica e das ciências, frequentemente ditas como neutras ou não corporificadas (HARAWAY, 1995). Escrevo, portanto, compreendendo a inscrição de uma multiplicidade de corpos femininos que, juntos, compartilham. Mulheres que, juntas, constituem um corpo social, textualizadas nessa pesquisa. É a constituição desse corpo como social que possibilita abandonar uma posição de silenciamento e opressão, que permite a estas escrever, gritar, lutar, e não se sentir mais tão sozinhas nessa distopia sem fim. Percebo a teoria crítica feminista como a que tem as ferramentas que permitem que identifiquemos discursos patriarcais

aparentemente neutros. Portanto, quando há tensionamentos, há também a possibilidade de romper com os silêncios. E romper com os silêncios é poder romper com uma violência naturalizada e cotidiana.

A cartografia foi o método escolhido para esta pesquisa, tendo em vista que, baseada no conceito de máquina de guerra - cunhado por Deleuze e Guattari (1995) - sua função é de produzir o produzir, e dado o pesquisar pandêmico, possibilita o ir e vir, afetar e ser afetado, por territórios a princípio desconhecidos, caminhos estes que se produzem ao passo que a pesquisa vai acontecendo, e se transformando, e criando outros caminhos, criando mapas ilimitados, que mudam, que se transformam. Zambenedetti & Silva (2011) tomam a cartografia como um mapa em processo de produção que nunca tem fim e que se faz como possibilidade de experimentação contínua, é possível se criar formas de leitura da realidade, contestando, rompendo e desconstruindo normalidades em relação à temática em estudo. Assim, o conceito de máquina de guerra se entrelaça, pois, diverge na relação com os modos de subjetivação engessados socialmente. Cartografar ir percebendo a pesquisa que se atualiza e se virtualiza nos discursos.

Pierre Lévy (1996) em seu texto “*O que é o Virtual?*” toma emprestado e como referência uma distinção entre possível e real, feita por Deleuze (1988) em “*Diferença e Repetição*”. O possível tem todas as características do real, mas de forma latente. Para ocorrer uma passagem possível ou real, basta efetivar sua existência.

“Contrariamente ao possível, estático e já constituído, o virtual é como o complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer e que chama um processo de resolução: a atualização.(LÉVY, 1996, p. 16).

Neste sentido, o virtual, como poderia se supor, não se opõe ao real, mas ao atual. Lévy (1996) define o virtual como uma parte significativa de um objeto real, possuindo uma plena realidade por si mesmo, e define como atualização o processo que o constitui. Enquanto o real se assemelha ao possível, o atual não faz o mesmo, mas vem para responder ao virtual. O processo de atualização do virtual

acontece por meio da diferenciação, de forma a romper tanto com a semelhança como processo como com a identidade enquanto princípio, favorecendo assim sempre uma criação. Sob essa ótica, a atualização se dá a partir da criação de linhas divergentes que correspondam à multiplicidade virtual, sendo essa responsável por uma realidade de um problema a ser resolvido. Portanto, o autor afirma ser a partir da diferença e repetição que se funda o movimento de atualização no virtual.

Assim, a atualização é a resolução de um problema, uma criação, um devir. A atualização é criação, pois é a invenção de uma forma a partir de um ajuste dinâmico de forças e para um fim, ou seja, é um processo que vai de um problema para uma solução. Já a virtualização pode ser definida como o movimento inverso da atualização, de onde vem de uma solução, previamente definida, para um novo problema, ou seja, encontra seu essencialismo a partir de um campo problemático. Lévy (1996) considera virtual toda entidade desterritorializada, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular, entendendo, portanto, que nesse processo há uma espécie de desengate com o espaço físico ou geográfico e com a temporalidade de um relógio. Entretanto, o autor enfatiza que não se deve confundir o virtual com algo imaginário, visto que ele produz efeitos, mas que não estão implicados no espaço-tempo. A noção de momento presente toma dimensões globais. O tempo é sincronizado, criando-se uma unidade temporal sem a necessidade da unidade de lugar, mesmo quando a duração da ação é descontínua. Ao pensar na virtualização da cultura do estupro podemos entender como se dá esse processo de desterritorialização da escrita ao ser localizada nestes espaços. Apesar de partir de uma localização específica de quem escreve e quem tem acesso a essa escrita, também pode causar rupturas e deslocamentos ao se atualizar.

A virtualização acontece também fora das redes sociais, pois ela nos desterritorializa das nossas práticas cotidianas, são processos que vão além das questões das digitalizações. Assim como as redes sociais, a pandemia, o capitalismo e o crescimento do conservadorismo de extrema-direita, essa virtualização é um processo que se atualiza, não por ser digital, e sim por envolver

outras organizações da vida humana que antes não existiam. Assim, toda cultura virtualiza enquanto experiência social. Ao passo que o processo de digitalização pode ser entendido por escritas discursivas presentes nas redes sociais, a virtualização pode ser entendida enquanto processo que nos desterritorializa e nos desloca de outras formas, nos afeta. Um exemplo são os movimentos de rua, como a Marcha das Vadias, um processo de resistência frente ao assédio e violência sexual em várias regiões do mundo que se organizou a partir de sua disseminação nas redes sociais.

Neste sentido, a metodologia registrou os encontros, desencontros e possíveis movimentos presentes, rompendo com a dicotomia sujeito-objeto. Na cartografia, sujeito e objeto se fazem juntos, significando que a partir disso não é possível separar nossas afetações sobre o objeto em questão. Regis & Fonseca (2012), e Barros & Kastrup (2009) tomam a cartografia não como um processo que investiga um início, meio e fim, mas sim o acompanhamento de processos em curso, se tratando de dar passagem às intensidades que buscam meios de expressão. Tendo em vista o quanto a cultura do estupro me afeta e é afetada pela minha intervenção em tal território existencial, vi nessa metodologia uma forma de acompanhar suas transformações nas redes sociais. “A pesquisa deixa de ser produção de conhecimento do sujeito cognoscente sobre o objeto, do pesquisador sobre o campo, para ser ação de “estar com” ou de transversalidade em um plano comum” (KASTRUP & PASSOS, 2013, p. 270).

Para cartografar é necessário romper com noções de estabilidade, verdade e neutralidade. Segundo Passos & Barros (2009) não há neutralidade do conhecimento, pois toda pesquisa intervém sobre a realidade, tendo em vista que há que se colocar em análise os atravessamentos que a compõem. Para isso, é preciso que se parta para o processo de habitação do território com uma receptividade afetiva. Tal receptividade não pode ser confundida com passividade, ou neutralidade. Haraway (2009) propõe que o pesquisador é um corpo enquanto localização, e neste sentido, está situado socialmente e historicamente, evidenciando suas consequências na pesquisa científica. Dessa forma, me torno uma pesquisadora receptiva no momento que me lanço ao campo a partir de uma objetividade corporificada: “O que está em jogo aqui, portanto, é “um argumento a

favor do conhecimento situado e corporificado e contra várias formas de postulados de conhecimento não localizáveis e, portanto, irresponsáveis” (HARAWAY, 1995, p.22). Nesse sentido, pensar em uma objetividade corporificada é pensar que ela que seja localizada e feminista, superando dicotomia entre sujeito e objeto, e contestando uma ciência que busque validação a partir de universalizações. Aqui interessa justamente essas perspectivas parciais, pois elas possibilitam que haja conexões e aberturas inesperadas para produção de contestações e desconstruções posicionadas.

Fui aprendendo com o processo na medida que acompanhava o seu ritmo, reconhecendo a importância de suas singularidades. Jogar o desejo para o campo das relações é procurar entender quais afetos ele investe e quais são os seus caminhos. O campo da subjetividade passou assim a ser objeto de disputa pela singularização e expressão de uma força que se diferenciava. Rolnik (1989) diz que há intensidades por todos os lados em campo, que buscam expressão. A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo, na construção e desconstrução de sentidos, e dar passagem a tais afetos. Um dos objetivos da cartografia é justamente desenhar a rede de forças a qual o fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente e para isso acontecer é necessário se deixar afetar, se abrindo ao encontro (BARROS & KASTRUP, 2009).

Também, trazendo para o contexto atual de emergência que é pandemia os riscos de violência doméstica contra mulheres e meninas são maiores devido ao aumento das tensões em casa, além dos obstáculos adicionais para fugir dessas situações ou acessar medidas físicas de proteção. Visando auxiliar mulheres inseridas nesses contextos durante este período, diversas páginas no Instagram reuniram algumas dicas que podem ajudar em situações de ameaça, assim como telefones de serviços que sejam úteis. Dessa forma, as redes podem ser potentes também na formação de redes de cuidado — antes no espaço físico — e que se atualizam de forma potente agora nas redes sociais. Foi algo que me afetou bastante. A violência também se atualiza nesses espaços no momento em que postagens importantes como essas são silenciadas, apagadas, aniquiladas. Para subverter ao silenciamento imposto pela própria rede, é necessário inventar, ser

criativo, como o caso de uma mulher que falava de maquiagem em seu vídeo enquanto, na tela, surgiam dicas de cuidado para mulheres em situação violenta em casa.

Ainda nessa linha, Spivak (2010) se mostra interessada em desnaturalizar ideias de uma verdade universal e, neste sentido, faz todo sentido a mim que seu conceito *essencialismo estratégico* possa ser usado de forma intencional, estratégica e com um interesse politizante nesta escrita, pois, na medida que, ao abranger a virtualização da cultura do estupro e sua atualização em redes sociais e seus processos de resistência, é importante estar contextualizando que mulher é esta que falarei, que não é universal, e assinalar o local do qual falo, algo que é político. A utilização desse termo torna-se então pilar para compreender haver certo essencialismo quando mulheres se reúnem para resistir nas redes, assim como a multiplicidade de mulheres que lá estão e de suas histórias, e dos atravessamentos que ocorrem entre suas identidades, a militância, no meio digital. Butler cita Spivak e seu conceito de essencialismo estratégico ao falar do feminismo precisar se apoiar em essencialismo operacional quebrando com uma falsa ideia das mulheres como universais. Neste sentido, mesmo a categoria mulher não ser completamente expressiva ela pode ser usada de maneira estratégica, como ferramenta política, sem atribuir a integridade ontológica ao termo, já que as políticas sociais de controle populacional e sobre tecnologias reprodutivas são desenvolvidas para limitar e, com o passar do tempo, erradicar a existência das mulheres. Dessa forma o uso do termo pode ser usado de forma estratégica para reivindicar direitos e políticas sociais que garantam nossa existência, e a identidade mulher vem atender neste sentido, e não para deslegitimar as diferentes performances que se tornar mulher implica, assim como as diferentes opressões sofridas por mulheres sejam brancas negras indígenas bissexuais e lésbicas. Assim, o uso de forma estratégica pensa na categoria mulher que pede por uma genealogia crítica dos caminhos institucionais discursivos e performativos pelas quais elas se formam. Não deixa de ser essencial saber que as experiências de diversas classes e etnias de mulheres não são as mesmas.

Durante o pesquisar também percebi que uma de minhas maiores inquietações, que era como habitar um território que não é fixo, foi gerando cada

vez mais perguntas, mais caminhos, mais postagens. Mapear o ir e vir, por vezes, era exaustante, visto que a rede te fornece a cada minuto mais conteúdo, por vezes a postagem que surgia e me afetava sumia, outras eu salvava para ler depois, outras me faziam abrir os comentários e navegar de uma rede a outra, e voltar, por fim, ao Instagram. O que me afetava em cada uma delas? Veremos logo mais.

“Habitar um território existencial é ir sendo provocado e contagiado pelas experiências de habitação, abandonando as formas rígidas, as regras fixas e experimentando a abertura de uma atenção flutuante, numa espreita a avaliar e tomar decisões encarnadas na experiência concreta. [...] O aprendiz-cartógrafo vai percebendo que não há outro caminho para o processo de habitação de um território senão aquele que se encontra encarnado nas situações”. (ALVAREZ & PASSOS, 2009, p. 147).

É essencial lembrar, também, que cartografia não é uma coleta, mas, sim, muito mais uma deriva que, neste caso, acontece nas redes. É um se deixar perder e se deixar afetar, sempre afirmando minha afetação com o que encontrei. Neste sentido, tomei o diário de campo como uma ferramenta de grande potência neste processo e que me auxiliou na habitação do território a partir do registro de minhas afetações/inquietações/problematizações. Barros e Kastrup (2003), apontam o diário de campo como um importante elemento para a pesquisa. Assim, com o diário de campo foi possível analisar minhas afetações e permitiu que eu me atentasse para não cair em generalizações, tendo a sensibilidade como uma das principais estratégias. “Ao lidar com territórios que são moventes, cabe ao cartógrafo o exercício de uma sensibilidade plural. O saber do cartógrafo é sempre um saber multi/implicado, frágil e um tanto provisório” (COSTA, 2014, p. 171).

Ao me aproximar da cartografia, entendo que tal prática, sendo de uma objetividade corporificada, indicou a necessidade de implicação ética e política, de que não posso só habitar narrativas de outras mulheres e territórios limitados ao virtual, mas que foi importante considerar o meu corpo e narrativa como igual parte do processo de afetação. Dessa forma, o diário de campo esteve em constante construção, afetação e sensibilização, se dando a partir da minha escrita e do meu corpo implicado. Assim, tendo em vista que a pesquisadora, ao estar implicada no seu próprio procedimento de pesquisa, não consegue (e não deseja) manter-se neutra, faço escolhas éticas, e a cartografia é, sobretudo, um exercício ético. Não é

só narrar os acontecimentos mas de um exercício reflexivo que faço ao escolher uma postagem, e deixar de lado outra. Desta forma, não é somente por onde andei mas o que me fez fazer tais caminhos: se escolhi tal *hashtag* porque ninguém mais a escolheu, se uma postagem tinha mais de mil comentários ou se não passava de dez. Essa reflexão constrói o pessoal e político. Para hooks (2020), é preciso se atentar criticamente, incorporando a ideia de que o pessoal é o ponto de partida para a politização. Isso implica também colocar o corpo como ponto de partida na luta política. O pessoal e político aqui se atrelam, assim como sujeito e objeto.

Assim, os avisos de gatilho foram disparadores e norteadores em campo. Eles são normalmente encontrados no início de uma postagem de blog, Instagram, twitter, e tenho visto até mesmo na rede social de vídeos TikTok, tendo como intenção alertar sobre a presença de conteúdo sensível. Embora os avisos de gatilho possam ser usados em diversos assuntos, é a preocupação de comunidades feministas com os efeitos do trauma de agressão sexual e estupro que leva com que se desenvolva tais avisos no final da década de 1990 (HUSSON, 2017). Atualmente, o termo se popularizou em publicações online, particularmente em postagens que tratam da violência sexual, e na denúncia de uma cultura do estupro. Sua potência performativa coloca em cena uma testemunha que, tendo sobrevivido à violência, constrói discursivamente algo que não se pode calar (BOCHI & RODRIGUES, 2020). Pensando na estratégia discursiva que o uso dos avisos de gatilho possibilita, Husson (2017) destaca que o aviso de gatilho é uma prática não apenas discursiva, mas tecno discursiva enquanto se originou *online* e se estabilizou em suas formas atuais dependendo dos condicionantes específicos dos gêneros e mídias digitais em que aparece. As escritas online, portanto, retornam a múltiplos discursos com finalidade de defender ou denunciar algum ponto e dizem respeito aos efeitos produzidos pelos nossos discursos. Neste sentido, os avisos de gatilho se atrelam aos elementos que compõe a cultura do estupro enquanto possibilitam tensionar diferentes discursividades que atualizam essa cultura a partir das transformações que ocorrem nesse espaço. Reconheço ser a denúncia da sexualização do corpo das mulheres que faz dos avisos de gatilho um gesto de resistência, tecido por uma escrita de militância. Os movimentos não acabam com o assédio sexual, pois ele continua ocorrendo, mas possibilitam novos modos de

subjetivação a partir da normalização implicada e naturalizada em nossa cultura (Abduali, 2019).

Sendo assim, os avisos de gatilho são disparadores e norteadores em campo, nem sempre estando explicitamente posto em uma postagem, mas dado pelo seu conteúdo que vem a se tornar gatilho a partir de seu caráter tecno-discursivo, como explicitado anteriormente, me situando num certo território e cartografando o que tem de singular nele. É gatilho, pois é violento, pois causa desconfortos, mas também por disseminar informação. Sejam movimentos de resistência que subjetivam para a ruptura ou captura, esta ocorre de diversas formas, e uma delas que diverge é justamente a resistência que esvazia denúncias e conceitos. Desse modo, estarei me atentando para caráter de análise postagens que sejam, dentro do que vem sendo conceituado, violentas, desconfortantes e informativas, que provocam coalizões e possibilitam a desconstrução e desterritorialização, que virtualizam e atualizam.

Para tanto, se faz igualmente importante entender um pouco mais sobre o ciberespaço, representado aqui a partir das redes sociais, dado que neste espaço tem se produzido e (re)produzindo novas formas de normatizar e resistir. O ciberespaço pode ser tomado como um espaço de práticas discursivas e funciona como um modo de exercer a luta política no enfrentamento às violências, dada a emergência de um lugar de enunciação. Também, para caráter de direcionamento, a rede social mais habitada nesta pesquisa foi o Instagram, o que não impediu movimentos do ir e vir, quando uma postagem nesta rede me levava a outras, como o Tiktok e Facebook. Estando ativa nela, noto grande movimentação discursiva. Sendo a rede social Instagram uma rede de entretenimento, farei o uso de imagens, tendo a intenção de aproximar ainda mais da leitora as afetações presentes em cada uma delas. Noto que o Instagram, por me recomendar postagens das quais me interesse, sempre traz coisas que vão ao encontro de minha militância em meu feed de notícias, virtualizações, de mulheres denunciando, lutando, resistindo e escrevendo sobre suas angústias. Precisei ir além, procurar páginas que normalmente não teria contato, ou me atentar aos stories de pessoas que sigo, e por vezes conteúdos atualizados sobre produção de gênero, pornografia e violência sexual surgiam por lá. No Facebook, entretanto, notei um movimento diferente, de

que, quando havia coalizões, elas eram repressoras. Assim, considerando as relações de poder em que estamos atravessadas, e pensando ser na e pela cultura que se estabelecem divisões implicando em violência e desigualdade de gênero, como pensar em atualizações e virtualizações da cultura do estupro nas redes sociais a partir da produção de gênero e da normalização da violência sexual? Quais os pontos de resistência que pude identificar nas redes sociais a partir de discursos misóginos, sexistas e opressores? Estas são perguntas que serviram como norteadores no processo de análise e desenvolvimento da escrita, que não tem a intenção de encerrar discussões, mas ampliar. Nesse sentido, a pauta desta pesquisa é manter viva essas questões provocando um constante processo de desterritorialização para termos possibilidades de subverter à distopia do viver em uma cultura do estupro.

CULTURA DO ESTUPRO: PROJETO PARA ANIQUILAR MULHERES

Quando penso em distopias e opressão, a primeira situação que vem a minha mente é a história de *O Conto da Aia* (Atwood, 2017), que narra um futuro onde, como resultado da exploração da natureza, o mundo entra em uma crise ambiental e que, entre outras coisas, causam infertilidade nas mulheres e ameaçam o futuro da humanidade. Em vista de manter a roda da procriação girando, um grupo religioso fundamentalista toma o poder e transforma os Estados Unidos da América na República de Gilead, baseados em discursos que, para resgatar a nação era necessário retomar aos valores da família tradicional cristã, e para isso, retomar valores hierárquicos de gênero — onde mulheres tem seus corpos controlados por homens. Dessa forma, os direitos das mulheres são retirados, e as é exigido docilidade e submissão. O estupro nesta distopia, é normalizado como algo necessário para desenvolvimento da nação. As principais classes criadas nesta distopia são formadas, primeiro, por Esposas, as mulheres casadas com os Comandantes do alto escalão e figuram a mulher ideal, reproduzindo discursos que normalizam a autoridade dos maridos, além de sua própria submissão, são a representação de mulheres que internalizam terem de suportar tudo por um

casamento, e são igualmente alvo da violência patriarcal naturalizada e legitimada. Em segundo, as Aias, que possuem obrigação de se deitarem com os Comandantes e serem estupradas, para assim fornecer ao casal representativo da família tradicional uma criança.

É assustador o quanto essa distopia em específico se assemelha à distopia que tem sido viver nesta pandemia que vem acontecendo entre 2020 e 2021. No governo em curso, a lógica que alimenta as desigualdades entre homens e mulheres ecoa em pronunciamentos do presidente que sexualizam e erotizam os corpos femininos, suas práticas e vivências, ao passo que desqualificam as mulheres enquanto sujeitos políticos e as enquadram como enfeites a suprir o desejo dos homens. Também recentemente, o Ministério da Saúde publicou a portaria n. 2.282/2020⁸, que estabelece a obrigatoriedade de notificação à polícia dos casos de mulheres vítimas de estupro que recorram ao aborto legal, o que revoga a norma de “Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes”, já que era facultativa a apresentação de Boletim de Ocorrência (BO) nesses casos. Outra situação é a exigência de alguns planos de saúde, e até mesmo unidades de saúde pública, solicitarem autorização do marido, no caso de mulheres casadas, para inserção do Dispositivo Intra-Uterino (DIU), com base na lei do planejamento familiar (Lei 9.263/1996). A lei, entretanto, exige assinatura do cônjuge em caso de laqueadura tubária e vasectomia, procedimentos que tem como intenção a interrupção definitiva de concepção. No caso do DIU, ele não é um procedimento definitivo e pode ser retirado quando quiser, e a solicitação de autorização do cônjuge para tal procedimento reforça a tirada de autonomia de mulheres sobre o próprio corpo e cuidados contraceptivos, é mais uma violência contra as mulheres⁹. A própria lei de planejamento familiar é problemática, e com a situação do DIU se torna mais evidente o quanto o direito reprodutivo das mulheres e seus corpos precisam passar por certo crivo dos homens aos quais elas são vinculadas, seja companheiro, pai, etc. Isso também

⁸ Disponível em:

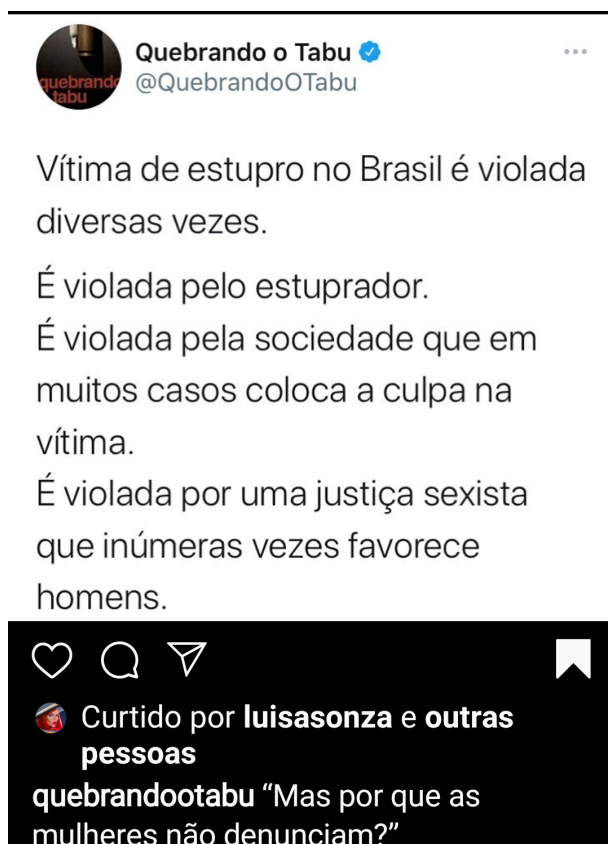
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.282-de-27-de-agosto-de-2020-274644814>. Acessado 22 set 2021

⁹ Disponível em:

<https://www.hypeness.com.br/2021/08/planos-de-saude-pedem-autorizacao-do-marido-para-inserir-di-u-em-mulheres-casadas-diz-jornal/>. Acessado 03 set. 2021.

reforça uma visão torcida de que as mulheres são propriedade dos homens. Assim, a autonomia da mulher sobre seu corpo, sexualidade e reprodução ameaça diretamente a perpetuação das desigualdades de gênero, isso porque diz respeito a um processo essencialmente feminino. Assim, problematizo postagens existentes nas redes sociais, onde é possível achar discursos do interesse dessa pesquisa, considerando também a minha própria experiência com a rede, cartografando a partir das afetações da pesquisadora enquanto objetivo-corporificado.

Figura



Fonte: Página Quebrando o Tabu, no Instagram

A página Quebrando o Tabu foi uma das páginas onde me deparei com diversos questionamentos frente a cultura do estupro. Quero trazer três casos que aconteceram no ano de 2021, noticiados de alguma forma na página, e que colaboram com o embasamento desta pesquisa. Um professor foi afastado de uma

escola na grande São Paulo, por tentar *encoxar*¹⁰ uma aluna de 17 anos durante uma aula no primeiro ano do ensino médio. O caso repercutiu nas redes sociais, pois alunos organizaram protestos na escola para denunciar o educador por assédio sexual. Eles gravaram vídeos e tiraram fotos para pedir a expulsão e prisão do docente pelo crime e também pediam que a vice-diretora fosse afastada porque ela não teria tomado providências ao saber da denúncia, silenciando frente ao ocorrido¹¹. O segundo caso é pelo menos 10 funcionárias de um *shopping* de Belo Horizonte terem sido assediadas diversas vezes por um dos diretores do local e nada ter sido feito até o momento sobre isso. O homem levou uma das vítimas para um local na empresa em que não há câmeras e tentou a agredir sexualmente. Outras relatam sobre o fato do agressor as constranger sexualmente na frente de outras pessoas, inclusive de pedir fotos nuas¹². O último caso é o de uma soldada militar, presa ao se recusar a extrapolar seu horário de trabalho para poder amamentar seu filho, de 2 anos. Ela expôs casos de assédio sexual e moral, mesmo com o risco de represálias¹³.

Estes casos demonstram ser problema de algo estrutural e não isolado quando uma em cada quatro mulheres foi vítima de alguma violência na pandemia no Brasil. Em sua terceira edição, a pesquisa "Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil" ouviu 2.079 mulheres acima de 16 anos entre os dias 10 e 14 de maio deste ano, em 130 municípios do país. As respostas tinham como referência o período dos 12 meses anteriores à pesquisa. Dentre as formas de violência sofrida, 18,6% responderam que foram ofendidas verbalmente, 6,3% sofreram tapas, chutes ou empurrões, 5,4% passaram por alguma ofensa sexual ou tentativa forçada de relação, 3,1% foram ameaçadas com faca ou arma de fogo e 2,4% foram espancadas. Mesmo com as medidas de restrição impostas para conter

¹⁰ De acordo com o dicionário informal, *encoxar* significa esfregar seus órgãos genitais na parte íntima de outra pessoa.

¹¹ Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/09/21/professor-acusado-de-assedio-sexual-e-afastado-de-escola-por-suspeita-de-tentar-encoxar-aluna-de-17-anos-em-aula.ghtml>. Acessado 22 set. 2021.

¹² Disponível em:

<https://g1.globo.com/google/amp/mg/minas-gerais/noticia/2021/09/21/diretor-do-shopping-oiapoque-e-acusado-de-assedio-por-funcionarias.ghtml>. Acessado 22 set 2021.

¹³ Disponível em:

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/09/20/pm-presa-por-amamentar-denunciou-as-sedios-anteriores-em-batalhao.amp.html>. Acessado 22 set 2021.

a pandemia de Covid-19, 37,9% das brasileiras sofreram algum tipo de assédio sexual. Em 2019, foram 37,1%¹⁴. Essas estatísticas nos dizem que a violência contra mulheres ocorre discriminadamente e correspondem a contínua violência contra as mulheres no Brasil, um dos países que mais violenta mulheres no mundo. Assim, mulheres foram, são e continuarão sendo violentadas e mortas nessas proporções. As mulheres vêm sendo aniquiladas há muito tempo, tal como os monstros e vilões. A mulher, enquanto categoria, é colocada em constante situação de “outro”, de não possuidora de direitos e de algo a ser possuído. Uma vilã que é preciso controlar. Um monstro que é preciso isolar. Já que mulheres são e sempre foram necessárias para o surgimento e o crescimento de civilizações, elas se tornam posses valiosas a se possuir, por isso, quando uma mulher resiste a essa tomada de posse e não corresponde ao que se espera dela, o espectro social dá um jeito de instaurar amarras, a julgar como louca, a interditar, a isolar, a silenciar, a aniquilar. Estes atos violentos são ações que objetificam as mulheres e a violência, antes de tudo, é autoritária (SOLNIT, 2014).

O feminicídio é a versão extrema desse autoritarismo quando o assassino afirma que tem direito de decidir se você vai viver ou morrer o meio mais extremo de controlar alguém. Isso pode acontecer mesmo que seja obediente porque o desejo de controlar precede uma raiva que você não consegue enxergar. Qualquer que seja o medo a sensação de vulnerabilidade subjacente a esse comportamento, ele também resulta do sentimento de ter direitos sobre alguém, o direito de impedir o sofrimento e até mesmo a morte de outras pessoas (SOLNIT, 2014, p. 40)

Tal qual na distopia de Atwood (2017), nos enervamos e gritamos por nossos direitos e nossa autonomia. Mesmo assim, é preciso estarmos alerta o tempo todo - às vezes essas violências vêm silenciosamente, de forma velada. Isso não isenta seu acontecimento. Os movimentos feministas colocam em questão valores conservadores da organização social, na intenção de subverter as hierarquias de poder e gênero que se impõem nos âmbitos público e privado (PINTO, 2003, p. 42). É nessa cultura que cotidianamente reforça a desvalorização de todas as características ligadas ao feminino, naturaliza a violência doméstica e romantiza a

¹⁴ Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>. Acessado 17 ago 2021.

violência sexual que precisamos estar questionando a cultura do estupro e seus atravessamentos.

Pensando na cultura do estupro a partir da definição de Emilie Buchwald (1994) esse sistema violento de controle que, aqui, conceituo como cultura do estupro, é um sistema de crenças repetidas incessantemente, que encorajam a agressão sexual masculina e apoiam a violência contra as mulheres (BUCHWALD, FLETCHER e ROTH 1994). Assim, a cultura do estupro é fomentada por discursos machistas e misóginos (SOUZA, 2017), naturalizados e incentivados por um viés que toma a heterossexualidade¹⁵ como norma e discrimina qualquer outra forma de expressão, que idealiza a liberdade de ofensa aos homens e, em contrapartida, a obstrução dos direitos das mulheres. A norma que, como um princípio de comparação, marca somente as identidades que dela diferem (SCOTT, 1995; LOURO, 2008) produz sujeitos que tomam a heterossexualidade como natural.

Aniquilamento de mulheres

A distopia do conto da Aia me lembra de um acontecimento tão distópico quanto: a caça às bruxas. Entender em que momento da história a bruxa passou a ser uma vilã a ser evitada pela sociedade é fundamental para interromper um discurso machista que infelizmente se estende até os dias atuais. Ao analisarmos o contexto histórico da Idade Média, vemos que bruxas eram as parteiras, as enfermeiras e as assistentes. Conheciam e entendiam sobre o emprego de plantas medicinais para curar enfermidades nas comunidades em que viviam sendo, muitas vezes, a única possibilidade de atendimento médico para mulheres e pessoas pobres. Por se tratar de um conhecimento que não passava pelas mãos da igreja católica, os religiosos da época começaram a perseguir essas mulheres, pois queriam manter o monopólio do conhecimento, centrando a igreja como organizadora social.

Em Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva, a historiadora Silvia Federici (2017) traz o viés sobre como a tomada do corpo de mulheres foi

¹⁵ O conceito de heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que estão baseadas na crença da heterossexualidade como norma social, excluindo outras formas plurais de sexualidade (Jesus, 2012; Miskolci, 2007).

essencial, também, para a consolidação do modo de produção capitalista. O fato de mulheres usarem seus conhecimentos para a cura de doenças acabou despertando a ira da instituição médica (que pasmem, era masculina) em ascensão, vindo a tona a Inquisição como um bom método para eliminar as suas concorrentes econômicas (FEDERICI, 2017). A criação, assim, do mito da bruxa como algo ruim e a ser temido no imaginário social foi de valia para a desvalorização da mulher enquanto sujeito social, o que ocasionou em sua opressão e sua exploração. Além da construção ideológica da bruxa, a subordinação das mulheres só foi possível mediante a alteração de leis que legitimaram as formas de dominação. Segundo Federici (2017, p. 199):

As mulheres não poderiam ter sido totalmente desvalorizadas enquanto trabalhadoras e privadas de toda a sua autonomia com relação aos homens se não tivessem sido submetidas a um intenso processo de degradação social; e, de fato, ao longo dos séculos XVI e XVII, as mulheres perderam terreno em todas as áreas da vida social. Uma dessas áreas-chave pela qual se produziram grandes mudanças foi a lei. Aqui, nesse período, é possível observar uma constante erosão dos direitos das mulheres.

As lutas de mulheres contra as implicações conservadoras são as lutas contra as atuais pressões do conservadorismo, mediadas pelos interesses capitalistas, só podendo ser enfrentadas se articuladas a essas questões. A “caça às bruxas” durou mais de quatro séculos e ocorreu, principalmente, na Europa, iniciando-se, de fato, em 1450 e tendo seu fim somente por volta de 1750, com a ascensão do Iluminismo. Mas, será que teve fim? Pois, o que a configura é o aniquilamento do corpo feminino, justificado pela necessidade de implantação de um controle da sexualidade das mulheres, uma condição capitalista para o desenvolvimento da população. Religião e direito atuaram em conjunto para penalizar mulheres que não estavam cumprindo seu “dever”: parir. Mulheres que abortavam ou usavam métodos para não engravidar, ou as que não se relacionavam com homens, ou mulheres que auxiliavam outras mulheres a abortar e se prevenir, eram punidas. Dessa forma, no olhar feminista, as bruxas, através de seus conhecimentos medicinais e sua atuação em suas comunidades, exerciam um

contra-poder, afrontando essas opressões de gênero e, principalmente, o poder da Igreja formada por homens.

Atualmente, somos as bruxas caçadas, caça essa que ocorre pela misoginia das bancadas políticas religiosas e adjacências que tentam a todo custo proibir o aborto em qualquer situação, inclusive em casos de estupro, que insistem no enredo de “direito a vida desde a concepção”. É mais um jeito de violar a Constituição que preza pela vida da mulher e da criança nascida e de amenizar o crime de estupro, pois o que está por trás não é o aumento de direitos e a proteção das mulheres e das crianças, mas sim a continuidade do golpe para aniquilar mulheres as reduzindo somente a figuração de procriação. É nos sugeridos que devemos suportar tudo, que devemos aceitar sem questionamentos. A distopia se mistura com a caça as bruxas, mas não estamos mais na Idade Média. Sociedades variadas há tempo vêm criando crenças para justificar as tentativas de controle do corpo de mulheres. Em algumas comunidades a mutilação genital foi, e é ainda praticada como uma forma de terrorismo socialmente aceito. Dessa forma, a mutilação é tomada como uma forma de controlar a vida sexual das mulheres. A prática de cortar, diminuir, restringir e controlar o corpo de mulheres é comum e amplamente praticada.

Também basta lembrar que a remoção do clitóris, assim como a lobotomia, foram práticas usadas pela medicina moderna para tratar do mal da “histeria feminina”. Históricas, dissimuladas, deprimidas: a patologização de comportamentos estereotipicamente femininos é uma constante na história da psiquiatria (FOUCAULT, 2019) que nasce e se fortalece como instituição de controle de sujeitos ditos como desviantes. Para as mulheres isso queria dizer questões como a relação amorosa e sexual com outras mulheres, a recusa em ser mãe, a não conformidade com os estereótipos sexuais vigentes. Rotular mulheres como loucas propensas a algum tipo de loucura, em oposição aos racionais homens, tira credibilidade do que falamos, pensamos e sentimos.

Assim se construiu uma das muitas formas de invisibilidade das mulheres como sujeitos políticos, através da produção de múltiplos discursos sociais que nos inviabiliza enquanto sujeito de direitos. Mulheres precisam continuar gestando e parindo, e os homens sentem necessidade de ter total acesso a essas mulheres.

Esse acesso foi e tem sido garantido de diversas formas, mas também perpassa pela ideia de heterossexualidade enquanto natural, biológica e normativa social, ditas desviantes aquelas que não se encaixam. Nesse sentido é preciso pensar na possibilidade de que não possamos, mulheres, estar com outras mulheres para que a sociedade não entre em colapso, inserindo as pessoas nas caixinhas heteronormativas desde sempre ou quanto antes, produzindo-as para ter relações heterossexuais, a fazer e sentir o que é “normal”. Não à toa lésbicas são tão vilanizadas e constantemente pintadas como “odiadoras de homens” — simplesmente por lhes negarem acesso sexual a seus corpos, ou mulheres bissexuais, sendo constantemente acusadas por estarem em cima do muro, e que não conheceram homens de verdade ainda, e ainda assim, taxadas como promiscuas e que não são para casar, pois, ferem o ego do homem na possibilidade de o trair, ou então, pior ainda, são fetichizadas.

As redes

Em 2015 já havia certo movimento contra o assédio sexual nas redes sociais por iniciativa do coletivo *Think Olga*, e a hashtag #meuprimeiroassédio foi aderida, na qual mulheres relataram sobre suas experiências, incentivando outras mulheres a contarem quando foi a primeira vez que foram assediadas. A *hashtag* foi criada em apoio à menina de 12 anos que foi alvo de comentários de cunho sexual na internet durante participação em um reality show de culinária exibido em canal aberto. Pensemos também no movimento #MeToo, que é uma forma de atualização da cultura do estupro e essencialmente importante para nos atentarmos com seriedade para tais desdobramentos. É parte de algo que já acontece em muitos lugares, mas que não possuem tal visibilidade. (ABDULALI, 2019).

Aqui no Brasil, diversas postagens denunciam o silenciamento e a normalização em torno da violência sexual a partir das redes sociais. É a constituição desse corpo como social que possibilita abandonar uma posição de silenciamento e opressão, é ele que permite a esses sujeitos escrever, gritar, lutar, e não se sentir mais tão sozinhas nessa distopia sem fim.

Figura 3 - #Leialily



Fonte: Juliana Lossio, 2021¹⁶.

Juliana Lossio é ativista e artista. Encontra na arte força para lidar com a violência sexual que sofreu e levar conscientização e problematização frente ao silenciamento que nos é imposto frente ao abuso. Nas redes, cada vez mais estamos familiarizados com termos como engajamento, algoritmo, monetização e, sem dúvida, esvaziamento do conhecimento, fazendo parte daqueles que navegam pela rede digital na procura de conexões. Juliana faz parte do conteúdo que é constantemente apagado, derrubado, pois atinge uma parte social em que não deveríamos ousar em provocar. O conteúdo impacta. Uma de suas postagens, que foi constantemente tirada do ar, foi referente ao homem abusador ser um homem comum.

Figura - homens não são monstros

¹⁶ Postagem disponível em:
<https://www.instagram.com/p/CLnNcmTFZOg/?utm_source=ig_web_copy_link> Acesso em: 22 fev. 2021.



Fonte: Fonte: Página Lily Anraki, no Instagram¹⁷

Outro exemplo são as postagens referente a tomada do Talibã pelo poder 20 anos após terem sido destituídos após terem sido destituídos por uma coalizão militar internacional. É algo tão distópico que não podemos ficar caladas, é desesperador, um pesadelo. Mas está acontecendo, e em 2021. Estamos atentas. Mulheres são impedidas de trabalhar, estudar, sair de casa sem permissão do marido, morar sozinhas, além de terem restrições quanto a roupa que usam. Aquelas que quebram as regras são punidas e espancadas. Precisamos lutar pelos direitos das mulheres afegãs. Juntas fazemos barulho e nas redes sociais não é diferente, pois estas possibilitam que nossas vozes cheguem em mais mulheres, mais grupos oprimidos, e permite nossa ampla organização de luta e resistência.

Figura

← Foto



agoramovimento



As mulheres já estão sendo apagadas do Afeganistão.



Ilona Szabó



Fonte: Página Agora Movimento, no Instagram¹⁸

Talibã promovia apedrejamento de mulheres acusadas de adultério, proibia meninas de frequentarem escolas (é o exemplo da menina Malala, que tomou um tiro, pois queria estudar), e só permitia que mulheres saíssem as ruas acompanhadas por um parente do sexo masculino. Nas regiões que já estão dominadas pelo grupo, as mulheres vivem sob restrições. Após dominarem duas regiões em julho, o Talibã pediu aos líderes religiosos que providenciassem uma lista de meninas acima de 15 anos e viúvas abaixo dos 45 anos para casarem com guerrilheiros do grupo. Fazer as mulheres escravas sexuais também é comum.

¹⁸ Disponível em: https://www.instagram.com/p/CSplRtZHG9U/?utm_medium=copy_link. Acesso em 14 set. 2021

Tendo em vista os vários projetos de lei citados ao longo do exposto, não seria loucura estarmos nos direcionando para a perda de direitos das mulheres aqui no Brasil, legitimando e naturalizando a violência moralista e sexista em que se estrutura nossa sociedade, pois nosso país é o 5.º colocado em uma classificação mundial que possui a maior taxa de homicídio de mulheres.

Todas às vezes em que as mulheres se tornaram indesejáveis ou inúteis, perigosas ou desobedientes, elas foram perseguidas e mortas. E toda essa perseguição e violência foi sustentada pelo discurso misógino. Sempre é mais fácil odiar mulheres do que homens, mesmo quando eles seriam muito mais odiáveis do que elas (TIBURI, 2018, pág. 50).

A violência contra a mulher assim, é um problema gerado por práticas machistas e preconceituosas a partir de uma educação ideologicamente voltada a superioridade masculina, dessa produção de gênero construída historicamente e perpetuada por muitos e muitos anos até o período atual. Esta é uma das maneiras como, no discurso educado, o poder se expressa. “É o mesmo poder que, no discurso não educado e nos atos físicos de intimidação e violência, e com muita frequência na maneira como o mundo organizado, consegue silenciar, apagar e aniquilar as mulheres” (SOLNIT, 2014, p. 27). A teoria feminista tem como um dos principais objetivos explicar para as mulheres e homens como pensamentos sexistas funcionava e como podemos desafiar e mudá-lo. Compreender como a dominação masculina e o sexismo são expressos no dia a dia conscientizou mulheres sobre como eramos vitimizadas, exploradas, oprimidas e violadas. (hooks, 2020) Por isto, as bruxas, históricas, aias, representam não somente resistência, força, coragem, mas também a rebeldia na busca de novos horizontes emancipadores.

Os estereótipos reproduzem relações de poder, desigualdade e exploração, impedindo qualquer flexibilidade de pensamento na avaliação e comunicação de uma determinada realidade, reduzindo as características de um grupo a poucos atributos considerados essenciais, com a falsa justificativa de que seriam fixos pela natureza. Encorajam um conhecimento intuitivo sobre o Outro, desempenhando papel central na organização do discurso do senso comum, dado como natural. Assim, há uma confusão no que concerne ao entendimento de direito e privilégio,

pois mulheres não possuem os mesmos privilégios que homens e se ignora que os privilégios de gênero foram legitimados as privando de direitos. Este é um fator importante, já que os privilégios são uma imediata forma de poder (MEDRADO & LYRA, 2008; TIBURI, 2018). Por isso, pensar um mundo sem homens por 24h pode parecer algo idealizado, mas que trás questões como as seguintes.

*Mulheres, o que vocês fariam se não existissem homens por 24h?*¹⁹

“sairia para fazer caminhada de short sem medo ou desconforto. ir de calça faz muito calor mas é preciso”

“sairia para uma festa e voltaria de noite andando pela rua”

“Não mudaria nada”

“Viveria sem medo de ser assediada, importunada, atacada, ou estuprada”.

“Seria feliz da vida, a taxa de feminicídio despencar”

Figura 5 - alerta de gatilho: abuso



Fonte: Página Feminiismo, instagram, 2020²⁰.

“(Relato de uma seguidora) ALERTA DE GATILHO (abuso sexual). Oii meu nome é Beatriz, mas pode me chamar de bia. Fui vítima de abuso sexual. Aos 8-9 anos de

¹⁹ https://www.instagram.com/p/CLU63NIHGcd/?utm_source=ig_web_copy_link

²⁰ Postagem disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CGf3s8jF1PX/?igshid=1urz6syod73vi>>. Acesso em: 12 jan. 2021

idade eu fui vítima de um abuso sexual. Momentos em que eu poderia estar apenas brincando ou dormindo, eu estava sendo abusada. Naquele momento queremos gritar pro mundo todo ouvir o medo que estamos sentindo. Não temos pra onde correr ou o que fazer, por que somos ameaçadas e obrigadas a não falar nada. Meu tio estragou minha infância e destruiu minha vida sem pensar em mim ou no que aconteceria comigo depois. Eu sentia medo de todas as pessoas que me olhavam.... Fui abusada durante uns 4-6 meses. E depois de tudo isso eu só conseguia me sentir o pior lixo da face da terra. Sem forças, sem vontade de viver... Eu só queria ser criança, me preocupar com qual brinquedo vou brincar, que sapato vou colocar ou que filme de princesa vou assistir, mas essa não foi minha realidade... A minha maior preocupação era se isso ia voltar a acontecer. E hoje aos 17 anos de idade quase 18 eu tive coragem de vir aqui expor pra vocês, por que eu também sei que muita gente passa ou já passou por isso. Eu não aguentava mais guardar só pra mim essa dor.” (Instagram, página feminiismo, 18/10/2020²¹)

“Bia, vc é maravilhosa, quando eu tinha a mesma idade meu avô tentou colocar a mão por baixo da minha saia, graças a Deus eu consegui correr, quando eu era mais nova, mais ou menos uns 4 ou 5 anos um homem né levou pra um lugar pra se masturbar me olhando e quando eu tinha 18 anos, meu ex cunhado passou a mão em mim em uma feira, com um monte de gente perto, inclusive minha mãe, mas eu nunca pude contar nada disso pra ela pq segundo ela o homem tem esse direito, a mulher é que tem se cuidar, te contei tudo isso pra que vc saiba que não está sozinha, se quiser alguém pra conversar e desabafar, pode contar comigo, eu espero que vc fique bem, que consiga superar isso, pq vc merece” (comentário de seguidora, página feminiismo, 2020)

Assim, sobre os discursos que aqui nos interessamos nestas duas ultimas postagens, penso em Donna Haraway (2009) para ilustrar que a escrita possui um papel especial para todos os grupos colonizados. Por isso, disputas em torno dos significados da escrita tornam-se importantes dispositivos da luta política contemporânea no estudo da atualização da cultura do estupro nas redes sociais. “A

²¹ https://www.instagram.com/p/CGf3s8jF1PX/?utm_source=ig_web_copy_link

escrita é, preeminentemente, a tecnologia dos ciborgues” (HARAWAY, 2019, p. 195) e os instrumentos são, com frequência, histórias recontadas, que invertem e deslocam os dualismos hierárquicos de identidades naturalizadas. Ao recontar as histórias de origem, as escritas-ciborgue nas redes sociais subvertem os mitos de nossas origens. As histórias mais cruciais para ciborgues feministas, então, estão contidas nas tecnologias que escrevem o mundo - nossas redes sociais, que virtualizam a violência e são também espaços de atualização das opressões. E Donna Haraway (1997) nos ajuda a pensar nas testemunhas modestas, pois ao nos engajarmos em conhecimentos situados no ciberespaço, superamos as dicotomias entre sujeito e objeto e contestamos universalizações. O que importa é uma forma de testemunhar que seja publicamente responsável e fisicamente vulnerável (HARAWAY, 2015). Assim, aqui, testemunhamos, pois, as disputas em torno dos significados da escrita são importantes no estudo cultura do estupro e à violência contra a mulher na totalidade, visto que as mulheres são imaginadas com uma individuação mais fraca em relação a uma autonomia masculina. Por outro lado, quando se observa as escritas-ciborgue percebe-se pessoas que se recusam a desaparecer, que estão ativamente (re)escrevendo e inscrevendo seus corpos em luta (HARAWAY, 2019).

CULTURA DO ESTUPRO E AS IMPLICAÇÕES DA PRODUÇÃO DE GÊNERO

Assim, queria falar também das diversas possibilidades de ser mulher e da importância de se abdicar da estrutura universal proposta anteriormente ao se falar de mulheres, visto que deve-se considerar intersecções de raça, classe, orientação sexual e identidade de gênero, e Judith Butler (2003) vem me ajudando nisso, e também na forma como estilizamos o gênero socialmente. Neste sentido, enquanto me aprofundo em estudos feministas e de gênero, e tendo eu minha própria história com a violência sexual, compreendo as especificidades e demandas de cada grupo e a importância de tomar a interseccionalidade como um importante termo para seguir alinhada, atenta à questão de que os discursos violentos direcionados às

mulheres cis e heterossexuais diferem para mulheres bissexuais, lésbicas e trans, assim como para brancas e negras. Trabalhos foram sendo moldados nessa perspectiva no centro dos movimentos sociais, muito marcadamente no ciberespaço para ferramenta política e na intenção de posicionamentos contra uma autorização discursiva, e os movimentos de mulheres tem construído aquilo que se pode chamar experiência das mulheres. Essa experiência é tanto uma ficção quanto um fato político, pois a libertação depende da construção da consciência da opressão.

Assim, proponho aqui a reflexão a partir da perspectiva ciborgue, de Haraway (2019) que, se ao sermos ciborgues não podemos saber onde o corpo humano acaba para que comece a máquina (HARAWAY, 2019), creio que também não podemos mais desassociar atualmente feminismo e ciberespaço pois se tornaram ferramentas complementares indissociáveis, ainda que tenham seus diferentes papéis para os movimentos feministas. Neste sentido, a escrita e a linguagem são essenciais para seguir produzindo conhecimento e quebrando a ideia da produção de gênero e sexualidade como estático, binário e universal. Trato, portanto, de problematizar como o lugar social que certos grupos ocupam restringe oportunidades a partir da produção de gênero, e tem a intenção de causar rachaduras no que é visto como discurso único, levanto a problemática entre a produção de gênero e cultura do estupro a partir do ciberespaço. Para isso, é essencial localizar como a categoria mulher é aqui entendida.

“Não existe uma identidade antes existente pela qual um ato ou um atributo possa ser medido e nesse caso não existe verdadeiro ou falso, atos de gênero reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira revelada como ficção regulatório” (BUTLER, 2019)

Escrever sobre as implicações da cultura do estupro é nada mais que decorrente do processo de desconstrução e de onde me localizo enquanto identificada como mulher. Entrar na graduação foi minha via emancipatória para olhar para essas coisas que não me permitido ou dito que eu podia questionar. Ingressei na graduação em faculdade particular com bolsa do PROUNI, e em minha trajetória acadêmica fui tendo espaço e oportunidade para pensar a respeito da

produção de gênero, perceber certas opressões externadas em discursos e práticas, e também questionar minha própria sexualidade quando me aproximava das cadeiras finais do curso de psicologia. Houve oferta apenas uma vez de uma disciplina destinada a falar de gênero, sexualidade e performatividade, e líamos, na maioria das vezes, autores homens, brancos, cisgêneros e europeus, sem ampliar o debate. No serviço escola de Psicologia, entretanto, tive a oportunidade de ter contato com o projeto de minha supervisora, vinculado à ONG Igualdade²², e também criar em conjunto com ela um projeto para falar sobre gênero e sexualidade nas escolas. Então, há mais de cinco anos minha compreensão sobre gênero e violência segue se atualizando e virtualizando, e isso faz parte do processo de mudança e desconstrução de meus discursos e posicionamentos aqui colocados.

Quanto nós valemos?

“O costumeiro, dizia tia Lydia, é aquilo que vocês estão habituadas. Isso pode não parecer costumeiro para vocês agora, mas depois de algum tempo será. Irá se tornar costumeiro.” (ATWOOD, 2017, p. 46).

Como já apontado por Foucault (2017), as culturas são governadas por convenções que não apenas regulam e garantem a reprodução como também produzem os próprios laços de parentesco que dependem de tabus e de uma regulação positiva de reprodução para garantir um fim (BUTLER, 2019). Para a ciência biológica, o que determina se uma pessoa é macho ou fêmea são as características anatômicas e fisiológicas. Tais produções sociais dão a impressão de que as diferenças entre homens e mulheres são naturais e totalmente biológicas, quando, na verdade, são produzidas pelo convívio social. Assim, o gênero é construído socialmente e nos discursos (SCOTT, 1995; BUTLER, 2003) e, não sendo uma identidade estável, possibilita questionamento das categorias homem e mulher, construções binárias de identidades construídas no tempo por meio da

²² Associação de Travestis e Transexuais do RS

repetição de certos atos que associam poder e dominação ao masculino, e obediência (e submissão) ao feminino. O uso do conceito de gênero, nesse sentido, pode revelar sua neutralidade, enquanto não inclui desigualdades e poder como necessários (SCOTT, 1995; SILVA, 2006). Desta forma, os gêneros são instituídos pela estilização do corpo (BUTLER, 2019).

Segundo Butler (2019) agentes sociais produzem uma realidade, como a vivemos, por meio da linguagem, e também de gestos e de signos. Dessa forma, gêneros binários como os conhecemos, na verdade, não são identidades estáveis, mas que se constituem e se produzem através do tempo, uma identidade que é "instituída por meio de uma repetição estilizada de certos atos" (BUTLER, 2019, p 214). Pensando que, se os gêneros são instituídos pela estilização do corpo, e também pensando que esse corpo é produzido e moldado, tais processos precisam ser entendidos como algo que toma forma por ações e comportamentos e que, por isso, formam a ilusão de um Eu original, normal, atribuído de um gênero natural. Dessa forma, essa questão retira a produção do gênero de um campo que fala de modelos essenciais de identidades e se coloca em relação a uma determinada temporalidade social, pois se constrói e se atualiza através do tempo. Uma identidade produzida é uma atuação em que pessoas comuns passam a acreditar nessa ilusão de gênero e performam esse modelo de crenças que atribuem a performance de gênero como algo que é ilusório.

Assim, a identidade de gênero, por ser uma contínua repetição de certos atos e em determinado estilo, carrega diversas possibilidades dos gêneros serem transformados. Estes também recai na possibilidade de um padrão diferente de repetição que ocasionaria na quebra ou subversão de algo estilizado e normalizado socialmente. Butler (2019) entende esses atos produtores de gênero não apenas como formadores de uma identidade de certo indivíduo mas também como formadores dessa identidade de ilusão convincente, que se torna um objeto de crença social. A autora cita Simone de Beauvoir para embasar nossas experiências corporais enquanto categoria mulher serem históricas e não naturais e que, portanto, o essencialismo de sua construção social enquanto existência e naturalidade do corpo não é negado, mas sim repensado segundo as dimensões

diferentes e múltiplas daquelas em que esses corpos adquirem significados culturais outros.

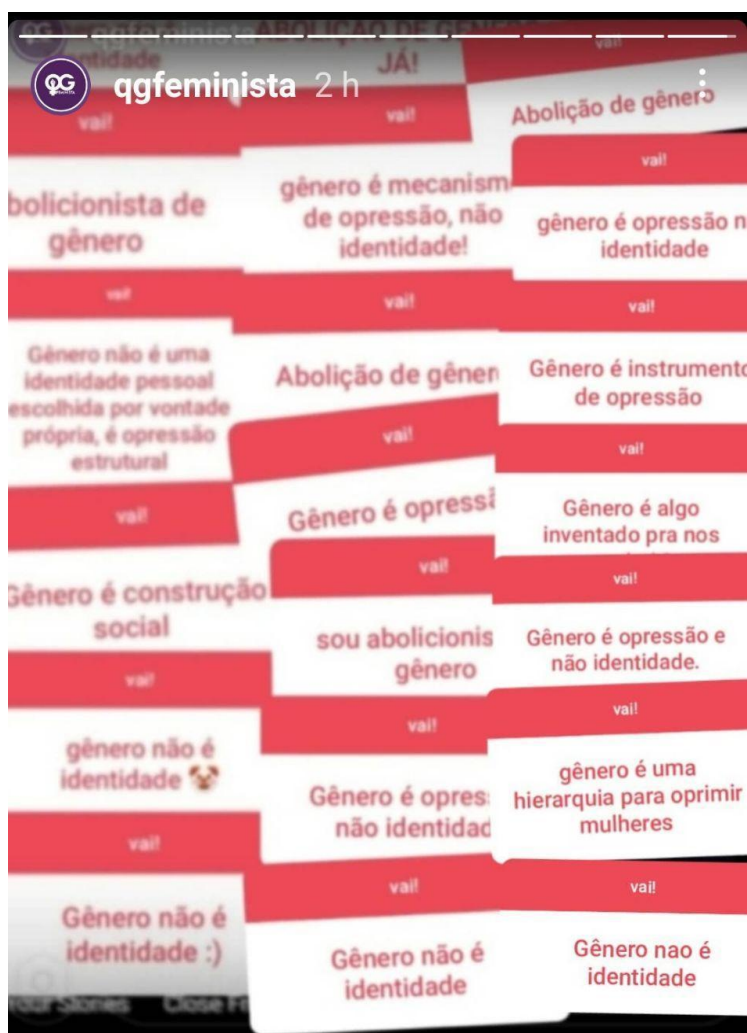
[...] O corpo "[...] é uma materialização contínua e incessante de possibilidades. As pessoas não são seus corpos, mas fazem seus corpos - essa diferença de ser e fazer é fundamental" (BUTLER, 2019, p. 216).

O que faz esse corpo performar esses atos não são agentes desincorporados, mas sim as possibilidades incorporadas pelo próprio corpo, pois não são exteriores ou antecedentes ao processo de incorporação, e sim condicionadas a partir das convenções e dramatizações históricas. Assim, ser fêmea não é nada que tenha algum significado, pois a mulher se constrói enquanto uma categoria histórica e não fato natural, havendo distinção enquanto sexo de um fator biológico e enquanto uma interpretação dos significados culturais. Como estratégia de sobrevivência a partir das estilizações que normalizam e marcam nossos corpos, os gêneros se produzem como atuação que possuem consequências para aqueles que falham em fazer corretamente a representação desses atos binários de gênero. Para se encaixar, deve o gênero ser discreto, pois isso garante a humanização e a sobrevivência na cultura contemporânea.

Então, resumindo, o que cria o gênero não é um fato ou naturalidade, mas sim várias formas de se atuar e do performar, pois sem esses atos e performances não existiria gênero nenhum. Há um acordo coletivo de performar, produzir e sustentar gêneros discretos e binários como ficções culturais reforçados pela credibilidade da naturalidade como a própria produção (BUTLER, 2019) A autora também disserta sobre a situação da estilização dos corpos de pessoas *queers*, como corpos que são deslegitimados perante o pensamento estrutural biológico e normatizador, e que a partir desta normatização social “deixam de contar como corpos” porque não fazem parte do “esperado para o seu sexo”. Assim, há necessidade de subverter a ordem compulsória, desmontando a obrigatoriedade posta entre questões de sexo, gênero e desejo, em que a matriz heterossexual se assegura a partir de dois sexos fixos e binários.

“O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.” (BUTLER, 2003, p. 59)

Figura



Fonte: página QG Feminista, no Instagram.

Assim, o compromisso dos feminismos está em ligar a teoria e experiência vivida e também revelar a maneira como o mundo é produzido por atos formadores de experiências subjetivas (BUTLER, 2019). Pensando na categoria mulher, como nos corporificamos através da moral dos discursos, somos sexadas como mulheres que possuem suposta obrigação para reprodução de famílias heterossexuais, não tendo autonomia sobre nossos corpos e vivendo sob condições de opressão. “Devemos” performar feminilidade em uma ordem social e biológica que nos impõe

identidades fixas. Segundo a imagem acima compartilhada nos *stories*²³ do Instagram da Página QG Feminista, um projeto que existe desde 2017 como uma coletiva feminista que, na intenção de difundir conteúdos feministas, ocupam diferentes espaços e mídias, vemos uma caixa de perguntas onde diversas mulheres respondem o que vem a cabeça ao pensar sobre gênero. Pode-se perceber que tentamos subverter, principalmente enquanto coletivo de mulheres que se encontram nestes espaços virtuais. A tentativa acontece, e muito. Entretanto, as tentativas de subversão sofrem diversas tentativas de opressão e silenciamento, pois subverter não é dado como opção, já que “é no corpo que as ilusões da natureza e cultura se atualizam” (LOURO, 2008, p. 15). Precisamos corresponder, ou não pertencemos ao ideal social.

Junto-me a Butler (2003) quando ela realiza crítica ao termo “mulher”, que, por mais que seja discursivamente construído, sua estilização se dá em formato universal e, ao falar de mulheres, acaba sendo problemático quando falamos no plural, tendo em vista que o termo “mulheres” vem sendo reiteradamente usado dessa forma, como se todas as mulheres fossem iguais, e deveriam se comportar da forma designada a elas, o que pressupõe erroneamente que a opressão e a dominação sejam também universais em todas as culturas. Neste sentido, a lógica binária do masculino/feminino é a única estrutura onde é possível se pensar uma categoria universal de “mulheres”, mas que exclui outros eixos de relação de poder, como os de classe, raça, orientação sexual e identidade de gênero (BUTLER, 2003).

Ser fêmea é, de acordo com essa distinção, uma facticidade que não tem esse nenhum significado. Ser mulher é ter se tornado mulher, ter feito seu corpo se encaixar em uma ideia histórica do que é uma mulher, ter induzido o corpo se tornar um signo cultural, é ter se colocar em obediência a uma possibilidade histórica delimitada; e fazer isso como um projeto corporal repetitivo que precisa ser interruptamente sustentado (BUTLER, 2019, p. 217)

²³ O *Stories* do Instagram é um recurso cujo objetivo é melhorar a interação entre os usuários e possui diversas possibilidades, como publicar fotos ou vídeos, fazer enquetes e responder perguntas que ficam acessíveis por até 24 horas.

Definindo o sujeito político segundo a posição que ele ocupa na dinâmica de relações complexas de poder, o conceito de interseccionalidade contribui para a compreensão da identidade política das mulheres no momento em que definimos que posição esses corpos e essas subjetividades ocupam na dinâmica das relações de poder. Precisamos estar localizando o lugar de onde falamos enquanto mulheres brancas e em situação de privilégios, para não nos exirmos da responsabilidade que insiste em reproduzir opressões contra mulheres negras. Ao reconhecermos que mulheres partem de lugares diferentes de fala, também é possível esclarecer que experienciamos gênero de modos diferentes, entendendo o gênero como uma diferença localizada e não universal. Assim, o que transforma os corpos em gêneros são as séries de atos e performances que se renovam, se atualizam, se revisam e se consolidam através do tempo.

As normas produzidas no gênero são muito convincentes e extremamente repetidas, tornando ilusoriamente natural a ideia de que há mulheres de verdade (BUTLER, 2019) e isso se baseia em alguns atos de repetição. Um exemplo bem visual é mulheres mais jovens e mais velhas serem produzidas para acreditar que seu valor está somente na imagem e em ser ou não notada com uma pessoa de boa aparência. É assim que a produção de mulheres destinada a uma cultura masculina habita nossos corpos. Mulheres, por exemplo, são encorajadas a acreditar que não emagrecem por não se exercitarem o suficiente, lhes é imposta uma ditadura da magreza como algo a se sofrer para conseguir, um sofrimento e uma violência normalizada socialmente. Dessa forma, para se encaixar no modelo de mulher de “verdade” o discurso constantemente repetido que diz que “para ser mulher precisamos sofrer” é repetido por todos os lados, pois “mulheres aguentam mais a dor”.

A obsessão social que julga mulheres baseada em como aparentam jamais foi eliminada, somente se atualiza. A pressão social pela busca constante da magreza também é um fator importante para desenvolvimento de anorexia e bulimia, visto que sites pró-ana, sites que são a favor da anorexia e utilizam ambientes virtuais como espaços de sociabilidade para a construção de uma narrativa sobre a anorexia, para ancorar suas experiências pela mutualidade emocional e para validar discursos (ALMEIDA & GUIMARÃES, 2015)

Figura



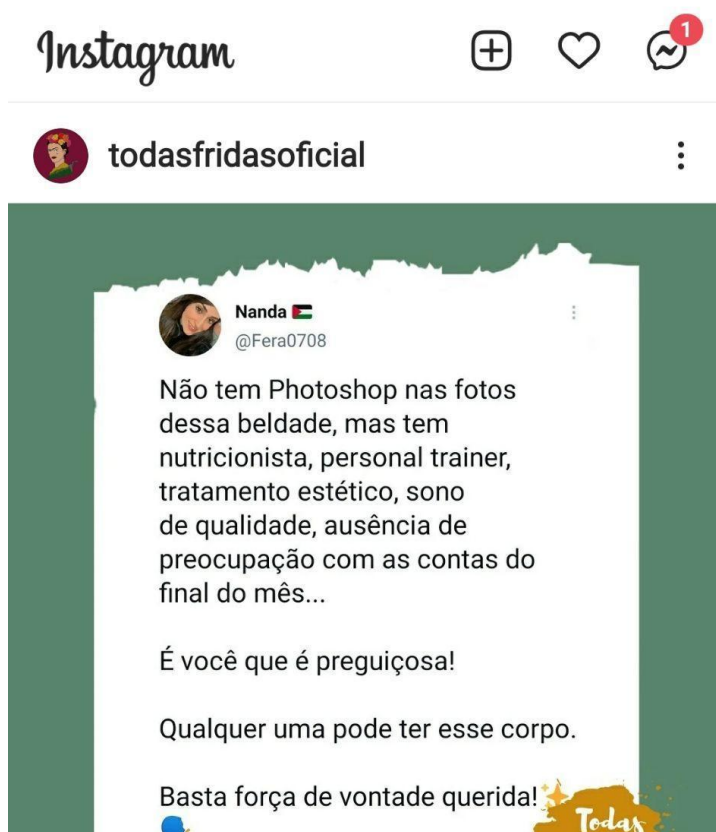
"E quando alguém fica com você, existe um medo enorme de não ser de verdade ou de que a qualquer momento ele vai embora, pq claro a vida toda vc ouviu que não era a escolha"

"Uma vez uma menina do meu fundamental disse que eu era feia demais para namorar, até hoje não consigo desenvolver algo por achar que nunca sou suficiente pra alguém".

Somos socializadas pelo pensamento patriarcal para enxergar a nós mesmas como pessoas inferiores aos homens, competindo uma com as outras pela aprovação patriarcal hooks, 2020, p. 35) A marca do patriarcado habita em nossos corpos sem que percebamos. As normas produzidas no gênero são muito convincentes e extremamente repetidas, tornando ilusoriamente natural a ideia de que há mulheres de verdade (BUTLER, 2019) e isso se baseia em alguns atos de repetição que virei a citar. Por exemplo: O mito da beleza é internalizado por todas

nós. Meninas cada vez mais novas começam a sentir que devem buscar um ideal que é cada vez mais sexualizado (WOLF, 2020), além da constante obsessão com cada dobra do nosso físico e a dificuldade em saber que em algum momento vamos envelhecer. Não podemos perder o controle. Quanto nós valemos? A beleza gera nas mulheres uma redução do amor próprio com o resultado de altos lucros para o capitalismo e assim a ideologia da beleza ensina as mulheres que elas tem pouco controle e pouca escolha, pois as imagens das mulheres segundo o mito da beleza são estereotipadas. Sempre temos grandes dúvidas sobre nós mesmas e superestimamos nossas qualidades e nossos feitos. Isso nos deixa exaustas, e a estratégia capitalista é justamente essa. Isso infelizmente vai moldando a subjetividade formando geralmente modelos de mulheres que realmente se encaixam no mito e que servem de referência para composição dessas subjetividades postas. Pois, resistir o tempo todo é cansativo. E é aí que essas estratégias de controle nos atingem. Assim, a perpetuação do patriarcado segue funcionando como sempre. A grande ameaça ao sistema patriarcal são meninas lendo livros. Ao nos recusarmos em questionar os desdobramentos do patriarcado, ao evitarmos entrar em debates políticos que envolvam o questionamento dessa norma, seguimos vivendo dentro desta distopia: oprimidas, domesticadas, doutrinadas para sermos mães e mulheres dedicadas, magras e obedientes.

Figura - Todas Fridas



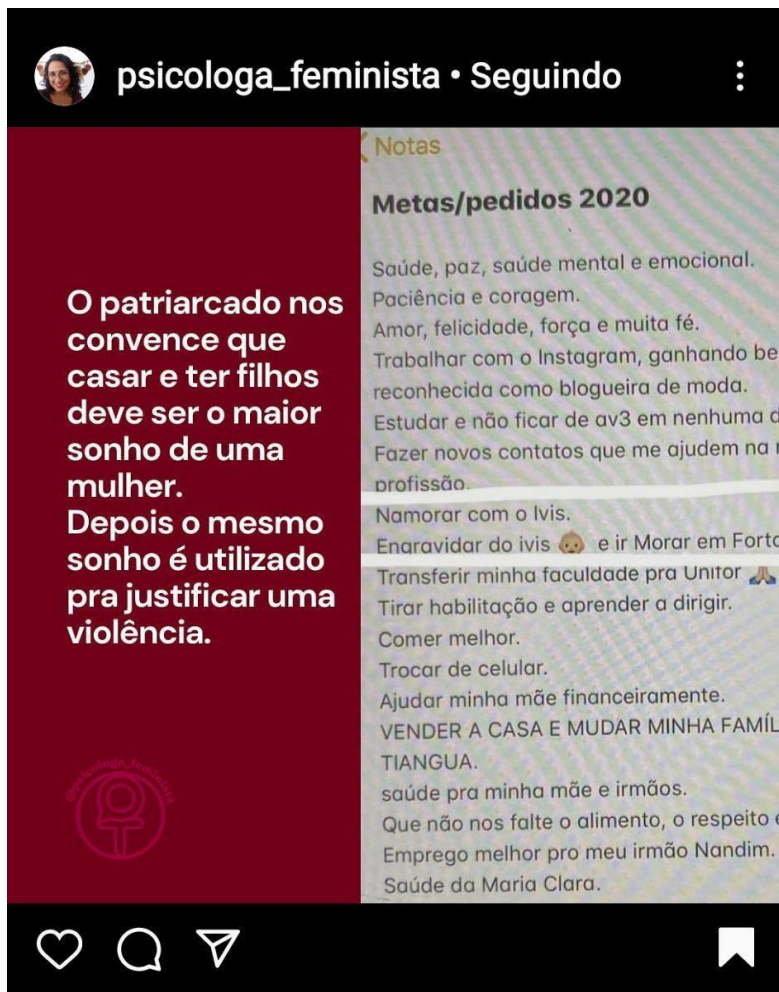
Fonte: Página Todas Fridas, no Instagram.

“Devemos” performar feminilidade em uma ordem social e biológica que nos impõe identidades fixas. Subverter não é dado como opção, e assim, “é no corpo que as ilusões da natureza e cultura se atualizam” (LOURO, 2008, p. 15).

É essencial que pensemos em tais questões, para refletirmos na repetição de padrões que não consideram sujeitos que são subjetivos, que sentem e se relacionam, mas colocadas em uma situação utópica e binária, imposta por uma pressão heteronormativa conservadora de valores sociais de uma sociedade que se diz laica, mas é cristã, e que, além de controlar nossa sexualidade, controla nossos corpos, nossos desejos e nossa vivência conjunta com outro ser humano. Fomos instruídas, até agora, numa sociedade completamente heteronormativa. Primeiro que, sem reais referências positivas no âmbito familiar para deixar-se afetar por sensações, desejos e descobertas de sua sexualidade, muito provavelmente a menina lésbica terá mais contato com meninos e, quase que automaticamente, ela tentará performar um comportamento similar ao esperado de pessoas heterossexuais. Meninas lésbicas: não conheceram homem que as satisfizessem ainda. Muito parecido acontece com meninas bissexuais. São fetichizadas, vistas como as em cima do muro, as que tem potencial para trair numa relação.

Quando falamos em casamento, esse machismo se engloba na vivência dessas mulheres, mesmo havendo um carinho e amor enormes entre as mesmas. O recado que chega da sociedade machista é a seguinte: você precisa cuidar fisicamente para arranjar um marido, ter filhos e seguir casada sem que ele te traia ou te troque por outra mulher.

Figura



Casar é o objetivo maior, meninas são condicionadas a pensarem que o casamento é a principal porta de entrada para a vida enquanto os meninos são condicionados a terem sucesso no trabalho, por exemplo. E essa informação vem de todos os lados, da mídia, da escola, da comunidade em que vive, da família, das lojas de brinquedos. No dia do casamento, o vestido branco, significando a virgindade, e os votos, de que deveria cuidar na saúde e na doença, na riqueza e na pobreza, até que a morte os separasse. Estas questões são importantes para questionarmos como nosso gênero é produzido frente a uma situação imposta por uma pressão heteronormativa patriarcal. Pamella, que conheceu Ivis pelo Instagram

em 2018, descobriu em fevereiro de 2020 que esperava o primeiro filho com ele. Os dois passaram, então, a morar juntos e as agressões começaram ainda durante a gestação.

"A primeira vez que ele me agrediu foi quando eu estava grávida de cinco meses, ele me pegou pelo pescoço, veio me arrastando pelo corredor que tinha no apartamento até o sofá. Ele me jogou no sofá. Na cabeça dele, era como se eu fosse um problema, um fardo. Não podia chegar para ele e falar, 'estou sentindo isso'.

O que aconteceu? O DJ ganhou milhares de seguidores: os curiosos, os julgadores e os que se identificam com o comportamento do DJ. Ele ainda tenta desvalidar e culpabilizar Pamella em posts feitos logo após a revelação da denúncia, normalizando seu comportamento violento, a fim encontrar alguém que lhe desse razão, e lhes dando uma justificativa. Este é um exemplo onde a sociedade veio e disse “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, e, ao acentuarem-se valores e práticas de caráter conservador, este sistema se fortalece e se difunde, evidenciado nas sistemáticas contraposições às lutas feministas, nos índices alarmantes de violência contra as mulheres, de tipos distintos, estupros, intolerância e criminalização das mulheres.

Figura



“Deixa eles uai kkkk cês falam de respeitar a opinião/vontade dos outros mas ficam criticando TUDO”

“Se tá feliz isso que importa!”

“Eu sou dona de mim isso basta, mas se ela tá bem assim, deixa ela”

“Que mal tem? Se ela gosta de ser submissa problema é dela 🙄🙄 Vocês se importam demais com a vida dos outros”

“Talvez se eu fosse uma cachorra deixaria o boy falar assim comigo”.

Como na imagem acima, mulheres crescem para servirem aos homens, enquanto homens crescem para ser livres. A instituição do matrimônio é datada e construída na desigualdade. Meninas são produzidas politicamente desde pequenas com a informação de que nascem para casar e ter filhos. E essa informação vem de todos os lados, da mídia, da escola, da comunidade em que vive, da família, das lojas de brinquedos (Butler, 2019).

Masculinidades

Não existe nada natural em homens serem violentos. A maioria dos núcleos familiares, tanto dos países ocidentais quanto dos orientais, é estruturada colocando a figura do homem/pai em uma posição de superioridade e atribuindo-lhe o papel de sustentar a casa, enquanto a mulher deveria submissa à vontade masculina. Welzer-lang (2001) cita que isso se dá ao passo de que os discursos normativos são baseados em uma visão heterossexuada do mundo na qual a sexualidade considerada natural está relacionada somente às relações sexuais entre homens e mulheres. Nesse sentido, a produção de gênero modela homens e mulheres a partir da naturalização do feminino como pertencente a uma suposta fragilidade do corpo da mulher e a naturalização da masculinidade como inscrita no corpo forte do homem e sua inclinação para a violência. Assim, “nos vemos presos às expectativas prescritas de masculinidade e feminilidade, geralmente em detrimento de todos” (ABDULALI, 2019, p. 92).

As masculinidades se constroem numa constante negação da mulher e de tudo que foi criado para representá-la. Algo dado como natural e essencial nas masculinidades, reproduz na análise dos discursos uma estrutura hierárquica que subjetiva nos homens a ideia que, para ser um homem de verdade, precisam estar combatendo tudo o que moralmente poderia os assemelhar ao que significa ser uma mulher. Assim, Daniel Welzer-lang (2001) usa o conceito de Casa dos Homens para caracterizar uma metáfora referente ao pertencimento às masculinidades hegemônicas. Para acessar a casa dos homens, este ser sexuado como macho precisa provar para os outros homens que não é mulherzinha (ou seja: todo um ritual que violenta este homem, violência simbólica, física, sexual, psicológica), para assim ser considerado viril. Neste espaço simbólico se estrutura hierarquias entre os homens, sendo a heterossexualidade uma linha moral a ser seguida e que, dependendo da sua condição de raça e classe, vêm normalmente atrelado ao discurso “seja homem”. Todos os homens que aceitam (ou os é imposto, num primeiro momento) o código de virilidade podem acessar essa casa e passam a se dar poder sobre as mulheres e sobre outros homens que não cumpriram os requisitos para fazer parte desta casa por isso são considerados fracos.

Homens são educados por mimetismos, e o mimetismo dos homens é um mimetismo das violências contra si mesmo, de suas emoções e ações, rejeitando tudo o que possa ser relacionado à mulher e às feminilidades (Welzer-lang, 2001). Neste sentido, podemos perceber que diversos discursos direcionados aos homens têm relação com ataque à virilidade masculina, e com comparação às mulheres. O feminino se torna a rejeição central e o inimigo interior a ser combatido, sob pena de ser também assimilado a uma mulher e ser (mal) tratado como tal.

Manual do macho de verdade:

“Precisa ser jogador de futebol e pegador de mulher”

“Meninos não podem chorar”

“meninos não fazem drama”

Para ser homem precisa ser dito a todo momento “seja homem!”

Ou: “seja forte”,

Para ser macho também vai precisar bater para mostrar quem manda”,

“Homem macho não tem medo de nada”

E precisa dar o troco, se for humilhado/envergonhado/contrariado”

Precisa se impor. Não deixe que levantem o tom de voz com você

“homem de verdade não usa rosa”

Nem gosta de flores

Nem de bonecas - isso é de menina/mulherzinha

Pra mostrar que é macho precisa OBRIGATORIAMENTE gostar de futebol e esportes agressivos”

“E não pode gostar de filme romântico”

“Filme de macho é aquele bem violento, com muito tiro”

“Não esqueça: homem não chora”

“Ah. Quase esqueci. Homem não tem que arrumar a casa, isso é coisa da esposa”

“E lembre-se do ditado: fique com a puta, case com a certinha”

“Se você ver uma mulher gostosa na rua, assobie, grite, que ela gosta”

“E já que ela te provocou, ela não pode te dizer não!”

“E pra ela não conseguir te dizer não, dá um pouco de bebida que funciona, afinal mulher fácil de pegar é aquela que tá bêbada”

“Se comer uma mina, tem que filmar e mandar pros amigos”

“tem que chegar em cima e sair pegando todas”

“Não esqueça: tua mulher é tua propriedade. Tu precisa mandar na tua mulher, controlar as roupas dela e com quem ela sai”

“Com seu filho é só diversão, quem tem que cuidar do filho é a mãe”

“não deixa nenhuma mulher atrapalhar você”

“sua mulher tem que fazer o que você quiser na cama, ela te pertence. Por isso, bata na sua mulher se necessário”

“se bater na sua mulher, peça desculpas depois. Ela vai pensar que você vai mudar, se necessário, faça de novo. Ela precisa de você”.

“ Se alguma mulher te acusar de algo, diga que ela é louca”

“As mulheres te querem, você não merece um não. Faça o que for necessário”

“Aquela mulher estava te querendo, estava de roupa curta, não foi estupro”.

“Se te acusarem de estupro, não se preocupe, se você é branco e tem condições financeiras, você vai ser absolvido, e no pior dos casos, estupro culposo”.

(Devaneios sarcásticos - diário de campo, out. 2021, inspirado em recortes do blog qg feminista, 2021; caso Mari Ferrer, 2021, e página Tinderdomachoescroto)

Estas são práticas machistas, violentas e heterocentradas e que corroboram com uma cultura do estupro, uma vez que é uma forma de apagar mulheres (Solnit, 2014). A cultura do estupro habita nesses discursos. Uma consequência disso é que os homens crescem sob um pensamento machista, entendendo que se cuidar deve ser uma preocupação feminina, e, ao mesmo tempo, tendo de passar por sofrimento reiterado para ser viril, ou seja, para ser considerado na norma de masculinidade, um homem “de verdade” (Welzer-lang, 2001), pertencente às masculinidades hegemônicas. A masculinidade hegemônica tem como antítese as masculinidades subordinadas ou subalternas e o uso da expressão acaba se substantivando como um jogo ou processo de poder, produzindo leituras binárias, sem reconhecer a dimensão relacional de gênero (MEDRADO & LYRA, 2008).

Desta forma, homens são encorajados a não falar sobre seus sentimentos, guardar suas dores e lidar com seus problemas sozinhos, incorporando a máscara que a sociedade espera que eles usem e produzindo uma ansiedade constante

sobre precisar provar sua masculinidade o tempo todo, muitas vezes, de forma violenta. Essa padronização do masculino como performance desconsidera outras formas possíveis de performar a masculinidade. Esse sistema social, enquanto histórico de dominação das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2004), repõe, sob novas formas, o machismo, a divisão de tarefas, salários mais baixos para as mulheres, tardio alcance de direitos políticos, além dos retrocessos nas conquistas políticas e sociais já alcançadas. Ao acentuarem-se valores e práticas de caráter conservador, essa distopia heteronormativa se fortalece e se difunde, evidenciado nas sistemáticas contraposições às lutas feministas, nos índices alarmantes de violência contra as mulheres. Desse modo, as lutas das mulheres contra as implicações conservadoras são as lutas contra as atuais (ex)pressões do conservadorismo, mediadas pelos interesses capitalistas e pelo fortalecimento da heteronorma.

Figura - 660 comentários²⁴

 **BBC News Brasil** ✓ 1 h • 🌐

"'Futebol não é para meninas', disse a minha filha, de 3 anos, quando eu sugeri que ela podia jogar"



BBC NEWS BRASIL
Como brinquedos podem criar estereótipos de gênero no cérebro da ...

👍😄 341 199 comentários

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

²⁴ <https://www.facebook.com/bbcnewsbrasil/posts/10158283680922816>

“Meu neto de 9 anos está sempre dizendo para os amiguinhos: menina e menino podem brincar de tudo que quiserem” (mulher)

“Eu jamais vou dar ao meu filho bo-ne-ca para brincar. Nem tem graça uma coisa dessa. Agora cada um faz com seu filho ou filha o que quiser.” (mulher)

“Os pais têm que aprenderem a deixar a criança ser criança. Brinquedo é brinquedo, não importa se é rosa, se é boneca, boneco, bola e tals. Quem vai descobrir sua sexualidade no futuro é o filho(a). Não se ensina sexualidade, sexualidade se descobre”. (homem)

“Brinquedo não tem gênero, mas se o menino quiser vestir rosa e a menina jogar futebol eu hormonizo eles para mudarem de sexo” (mulher)

“Fui criado sabendo que é para menino o que é para menina acho super normal. Hoje quem não tem filho deseja educar nossos filhos eu não aceito isso se deseja palpar tenha um filho eduque do jeito que quiser.”

“Simone de Beauvoir explica que uma mulher não nasce mulher, torna-se mulher. Mas vai fazer um fundamentalista religioso entender esse simples texto de 1 linha.”.

Poderia-se dizer que, assim como a sexualidade, o gênero não é uma propriedade de corpos nem algo existente a priori nos sujeitos, mas "o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais". Dessa forma, o conceito de um sujeito feminino, segundo a norma social, se apoia numa opressão homogênea de mulheres (LAURETIS, 2019) como exemplificado acima, e abaixo.

Figura 1 - Corpos criados como gado



melania44 • Seguir



paulo_bruno_oficial Minha esposa está grávida. É menina. Sabe o que vou fazer? Levar pra furar as orelhinhas dela. Vou marcá-la como MULHER. Vou comprar roupas rosa e dar bonecas pra ela. Com meu filho fiz diferente. Comprei charutos para os amigos e roupas azul, preta, menos rosa.... Assim é a vida! Aceite se quiser, se não quiser, vai lá protestar, queimando sutiã e deixando o cabelo do sucção crescer.... kkkkk vocês são tudo comédia!!! 😂😂😂😂😂😂😂

4h Responder Mensagem



paulo_bruno_oficial
@paulo_bruno_oficial *SUVACO

4h Responder



Fonte: Recorte de uma postagem da página Melania Amorim, Pesquisadora feminista e Obstetra, 2021²⁵

"Marca-la como mulher" somos gados q tem q ser marcado para satisfazer o sentimento de posse??? Depois a Rihanna mata os homens nos cliques e ninguém imagina o pq"

"A marca da propriedade privada sobre o corpo feminino".

"Eu nunca quis furar a orelha da minha filha. Uma pessoa querida pediu e deixei sei lá o porquê! Foi doído ver a crueldade que eu tinha feito com minha filha. Doeu nela e em mim e só de lembrar dói pq fiz essa violência com ela sem qlq sentido. Hj superei, mas aprendi a não ceder minhas convicções para agradar aos outros"

*"marcar ela como mulher * como se nascer com uma vagina não fosse suficiente para dizer que é do sexo feminino. Precisa ser marcada, como vacas no caminho da morte"*

Somos "gado" neste mundo distópico. E, diante desse cenário, diversos grupos políticos de caráter mais conservador começam a tensionar sobre o crescimento dessa pauta. A partir do ano de 2013 em diante, o Brasil vai sendo alocado a um lugar de disputas, através de inúmeros questionamentos e críticas

²⁵ https://www.instagram.com/melania44/p/CNiFGg2B8O7/?utm_medium=copy_link

muito fortes por esses setores conservadores sobre a abordagem dessas temáticas na escola. Surgem projetos de lei e as ações como o Movimento Escola Sem Partido, cuja tentativa é impedir e censurar justamente discussões sobre as desigualdades sociais, étnico-raciais, desigualdades de gênero, entre outras. Ao proibir o debate de gênero do ensino básico, o movimento Escola sem Partido cria o terreno fértil para a consolidação ideológica conservadora que atribui papéis de gênero específicos para homens e mulheres, cabendo à mulher a submissão. Isso cria as bases para a legitimação da violência contra a mulher no campo institucional, e ao não levar crianças e adolescentes ao debate crítico sobre esses papéis socialmente construídos.

Fronteiras possíveis

O controle das fronteiras corporais é uma questão feminista importante e uma reivindicação das mulheres pela retomada de seu corpo (HARAWAY, 2019) que teve início na década de 1970 e segue em constante batalha. A luta pelo direito de não engravidar e pela pílula anticoncepcional se tornou uma conquista importante para as mulheres - mas em parte. Não existem anticoncepcionais para homens, pois nos primeiros testes tiveram alguns efeitos colaterais. A bula de um anticoncepcional com os efeitos colaterais, para nós, são extensas. Não querer engravidar e não sofrer as consequências disso é o grande paradoxo para pessoas com útero. Um homem pode engravidar cerca de 9 mulheres por dia enquanto uma mulher pode engravidar de um homem em um ano. Os fantasmas dos efeitos colaterais da pílula são assombrados por misoginia e racismo. Quando falamos de pílula também estamos falando de privilégio e de classe. A falta de educação sexual nas escolas de como mulheres podem perceber seus corpos definitivamente são instituições que não correm lado a lado das mulheres na situação de libertação de seus corpos. Se eu e mulheres de classe média e alta ficamos reféns de descobrir os sintomas por conta própria, imagina de meninas que são carentes de informações e acesso à rede pública, onde o contexto é muito mais agressivo e impaciente com elas. O anticoncepcional acaba sendo uma solução que os médicos dão, muitas vezes

acessível e recomendada como se não houvesse nenhum perigo. Isso é realmente um direito de escolha nosso?

Figura



-

Trata-se, assim, de pensar nos movimentos possíveis entre o espaço discursivo das posições dadas pelos discursos hegemônicos e o outro lugar desses discursos. Esses outros espaços tanto sociais quanto discursivos, e aqui me refiro às páginas aqui citadas e existentes no ciberespaço, podem ser usados como fronteiras, que existem nas margens dos discursos hegemônicos, nas contrapráticas e em novas formas de comunidade (LAURETIS, 2019). São os espaços onde é possível subverter, desconstruir, resistir, virtualizar o combate a cultura do estupro, e

questionar a norma e o opressor. A escrita marca o corpo e afirma-o como corpo contra uma possibilidade de passar para categoria não marcada (HARAWAY, 2019). A imagem do ciborgue também é um dispositivo possível para se repensar os dualismos e as fronteiras às quais nossos corpos são submetidos e uma saída para pensar um mundo sem gênero (HARAWAY, 2009) trabalhando, assim, o propósito de não impor uma epistemologia de verdade, e contribuindo para que o debate aconteça e se possa mostrar diferentes perspectivas (RIBEIRO, 2017).

É nessa margem que os termos de uma construção diferente de gênero podem ser colocados - termos que tenham efeito e que afirmem no nível da subjetividade e da autorrepresentação: nas práticas micropolíticas da vida diária e das resistências cotidianas que proporcionam agenciamento e fontes de poder ou investimento de poder; e nas produções culturais das mulheres, feministas, que inscrevem o movimento dentro e fora da ideologia, cruzando e recruzando as fronteiras - e os limites - da(s) diferença (s) sexual(ais). (LAURETIS, 2019, p. 150)

A noção de resistência articulada por Foucault (2019) também descreve que a subversão é feita a partir da norma, de dentro dela. A necessidade de repetição ou reiteração da heterossexualidade fornece condições para que se articulem práticas de resistência. Considerar as relações de gênero como socialmente em construção é perceber que diversas características consideradas como naturalmente femininas ou masculinas correspondem às relações de poder. (LOURO, 2008). Por isso, a importância de questionar as experiências com um olhar crítico sobre as produções de sentido diante do vivido, na tentativa de elucidar o contexto histórico, cultural e social em que se inserem as pessoas e as leituras que elas conseguem fazer.

Torna-se, então, fundamental considerar que essas relações sociais perpassam contextos de poder e dominação de povos, nações e de conhecimentos e saberes, que, baseados na experiência colonial, ainda perpetuam. A descolonização do pensamento contribui para cunhar a perspectiva emancipadora que se expressa por ressignificar as formas de poder e do conhecimento. Em outras palavras, busca-se resgatar memórias para problematizar e ressignificar as vivências, que provocaram desconfortos (Lorde, 2020) e, neste sentido, transgredir as barreiras que nos prendem a formas de aprendizagem normalizante. Toda

resistência vai acarretar uma contra resistência e também novas subjetivações, e a partir daí é que vão se partir novas situações e discursividades.

Se o gênero é construído socialmente e, se dá a partir das relações, é possível pensarmos em diferentes possibilidades ou modos de subjetivação experimentados por sujeitos nas formas de se constituírem homens e mulheres e também na possibilidade de desconstrução de normativas, a partir de desmontes da lógica de oposições binárias de discursos conservadores, evidenciando que estas são históricas e socialmente construídas, e rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária de uma historicização dita como genuína (BUTLER, 1997).

Podemos observar, com isso, o quanto nossa existência, de pessoas identificadas como mulher, está atravessado pela construção social da subalternidade. É emergente o debate acerca do subalterno em face da hegemonia quando falamos de mulheres que discursam nas redes sociais, mas sofrem diversas tentativas de serem silenciadas. Assim, a autora traz à nossa percepção que, se o sujeito subalterno não pode falar, o sujeito subalterno feminino se encontra ainda mais silenciado, dado a construção normativa que mantém a dominação masculina como naturalizada. Dessa forma, o subalterno, portanto, não pode falar, e se tratando da mulher não há valor algum que a torne como algo que tem prioridade no discurso hegemônico. E é essencial, para o capitalismo construir uma imagem negativa precisamente das pessoas identificadas como mulheres que se recusam a seguir as suas normas e o denunciam.

CULTURA DO ESTUPRO E PERFORMANCES PORNOGRÁFICAS: DESAFIOS E SUBVERSÕES POSSÍVEIS

A normatividade dos gêneros está estritamente articulada à manutenção da heterossexualidade através de atos que são performáticos, que performam uma estilização do corpo baseado no discurso cultural construído através do tempo. O corpo, sendo um processo ativo de incorporação de certas possibilidades culturais e históricas propõe que todo ato produza significados enquanto os performa. Sendo a

cultura do estupro um termo que fala sobre a violência sexual normalizada e reiterada socialmente, podemos pensar ser a partir da estabilização da produção dessa diferença homem-mulher como relevante que se constrói toda uma produção que subjetiva os sujeitos e torna essa normalização possível através do consumo.

Preciado, em seu *Manifesto Contrassexual* (2017) ressalta que o que determina as diferenças estruturais e comportamentais das pessoas não é a sua genitália, mas o arranjo dos dispositivos sociais-jurídicos-médicos-culturais que nos produzem. É pensando, pois, que a própria hierarquia entre os gêneros é erotizada e a sexualidade de homens e mulheres é moldada por essa erotização, que as relações sociais são atravessadas por uma visão naturalista da dominação masculina que divide homens e mulheres em grupos hierárquicos, dando privilégios aos homens à custa das mulheres (WELZER-LANG, 2001), população LGBTQI+, e crianças, de formas violentas. E em relação aos homens que, por diferentes razões, não reproduzem esta divisão, a dominação masculina produz homofobia para que, com ameaças, forcem estes homens a se submeterem de alguma forma aos arranjos dados como a norma viril. Assim, usam-se várias estratégias para produzir um corpo-homem apoiado em toda essa cultura violenta e de dominação de outros corpos.

Com a ausência de educação sexual em nosso país, a indústria da pornografia *mainstream*²⁶ serve como um exemplo torcido dessas relações, que normaliza a violência sexual e que fomenta uma cultura do estupro. A pornografia *mainstream*, tal como a conhecemos hoje, foi definida historicamente, construída por um processo de disputas entre discursos de liberdade e censura, que se relacionaram diretamente com os processos que produzem a sociedade atual (SARNET, 2014). Paramos de produzir prazer e começamos a produzir discursos a partir das lógicas dominantes, devido a toda a normalização produzida temporalmente no ocidente (FOUCAULT, 2017). Neste sentido, a objetificação sexual é consequência dessa estrutura sexo-gênero (HARAWAY, 2019) construída através do tempo. Homens são criados para provar a outros homens que conseguem objetivar as mulheres e o que une esses homens é geralmente a

²⁶ É a pornografia de massa, que produz pornôns e desejos mecanicistas, assim como práticas sexuais que são irreais voltadas ao desejo do homem.

misoginia. Se antes as mulheres que faziam sexo porque queriam, eram putas, agora as que não querem são “frígidas”, e a sexualidade feminina segue sendo algo regulado pela régua masculina. Os debates que realmente interessam ficam para trás: consentimento, coerção, culpa, sexo por “dever”, estupro corretivo, estupro marital.

As mudanças nas formas de produção, consumo e na estrutura narrativa pornográfica estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento das produções de gênero. Desde o auge da pornografia *mainstream* no cinema nos anos 1970, o audiovisual tornou-se sua principal janela. A esse momento, seguiu-se a popularização dos filmes pornográficos feitos para a videocassete, que foram se tornando cada vez mais escassos devido à facilidade de acesso a todo vídeo pornográfico na *internet*. A pornografia *mainstream* tem relação com a cultura do estupro, pois é uma receita que reescreve o roteiro sexual para o comportamento sexual e atualiza as formas de subjetivação (FOUBERT, 2017), ou seja, não abre para problematizar, mas que dá um problema como resolvido, como se aquela fosse a única via possível. É pensando em como se produz um discurso pornográfico de saber sobre o corpo que pretendo criar problematizações a partir do consumo da pornografia *mainstream* como algo que atualiza a cultura do estupro, e também destaco o movimento pós-pornô como algo que possibilita subversões referente às virtualizações possíveis e, para isso, além do referencial teórico, uso do meu percorrer cartográfico nas redes sociais para possibilitar afetações e, quem sabe, criar mais problemas. Sugiro, assim, pontos de partida para as reflexões e debates sobre a pornografia *mainstream* e o movimento pós-pornô. A ideia aqui não é categorizar, mas abrir pontos de problematização para além das categorias sexo-gênero na pornografia *mainstream*, que fetichiza, é violenta, e é excludente com determinados corpos.

Problematizações históricas sobre a categoria pornográfica

Minha intenção não é encarar a pornografia apenas como categoria que engessa práticas sexuais e oprime mulheres, mas considerar suas dimensões simbólica, cultural, estética e política para se poder pensar nos embates que se deram sobre isso temporalmente. Existe esta hierarquia entre os gêneros e, atrelada

a ela, está a norma heterocentrada - e familiar - onde a propriedade a ser assegurada é o corpo das mulheres (DINIZ, 2014). Às meninas subalternidade e submissão, aos meninos dominação e violência. Assim como todos os discursos sobre a sexualidade são diferenciadas quanto ao gênero e portanto, múltiplos, as mesmas práticas de heterossexualidade possivelmente significam coisas diferentes para mulheres e para homens porque estão sendo lidos por meio de discursos diferentes (LAURETIS, 2019).

No Brasil, a linguagem é binária, sempre marcada pelo gênero, dicotomizando em masculino e feminino tudo o que nos rodeia. Tal linguagem desconsidera o contexto em que vivemos. Nesse aspecto, uma linguagem não binária contribuiria de modo a contemplar as diferenças. Mulheres também são estilizadas de acordo com os arranjos sociais que denominam o que precisa ser uma mulher, e sexadas como aquelas que possuem suposta obrigação para reprodução de famílias heterossexuais. Não podemos ter autonomia sobre nossos corpos, temos nossas vozes silenciadas e vivemos sob condições de opressão, devendo performar feminilidade em uma ordem social e biológica que nos impõe identidades fixas. São dominações simbólicas exercidas por crenças, instituições e teorias que legitimam a violência, aprisionados dentro de um ideal que não compreende as singularidades de cada sujeito e que rapta nosso potencial criativo. É uma cultura que se desenvolve a partir da construção de um desejo dos homens, ao desejarem meninas/mulheres novinhas, sem pelos, com a vagina apertada e pequena. É um padrão irreal e inalcançável que busca uma infantilização de mulheres adultas, em que elas precisam ser vulneráveis, indefesas e submissas, e uma das muitas tentativas de controle dos corpos de mulheres, de tentar as colocar num padrão considerado normal, as colocando em caixinhas e justificando como uma preferência, como um cuidado necessário. Entretanto, nessas caixinhas não são consideradas as problemáticas acerca do termo mulher como universal, que, usado de forma generalizada, supõe que todas as mulheres passam pelas mesmas experiências e formas de violência, quando não é bem assim.

O corpo sexado como mulher é um corpo que não pode envelhecer, sexualizado em caráter do desejo do homem, para estar à disposição destes. É um

corpo desejado sexualmente que deve ser jovem, sem rugas, sem pelos, sem estrias, magro.

Imagem



Também não tenho intenção de induzir a repressão da pornografia, mas pensarmos em como a categoria da pornografia *mainstream* é produzida no contemporâneo, dialogando sobre corpos e subjetividades que se produzem e performam a partir dessa produção voltada para satisfazer o desejo dos homens. Sarnet (2014) fala que no período do século XVIII a pornografia como a conhecemos hoje não possuía distinções demarcadas, mas já caminhava rumo a

um modelo de produção e representação semelhante que se distanciava cada vez mais das críticas da Igreja e do Estado e se aproximava de certo comercialismo. Já Walter Kendrick (1996) atribui a invenção da pornografia à criação de museus que o autor chama “museus secretos”, entre o final do século XVII e início do XIX, que continham objetos como livros e imagens de caráter sexual, sendo um domínio somente de homens que detinham tal conhecimento, e mantido escondido de mulheres, crianças e pobres. Esses museus secretos eram, também, uma forma de exercício do poder (Sarnet, 2014).

Nas retóricas do higienismo, a pornografia é uma técnica de vigilância e domesticação das políticas do corpo (ou de corpos políticos) que forma parte do que Foucault denomina dispositivo da sexualidade, característico das tecnologias de poder do século XIX. Assim, a pornografia é o braço público de um amplo dispositivo biopolítico de controle e privatização da sexualidade. É ao longo do século XIX, que se acompanha a estruturação de uma cultura marcada pelo olhar, baseada em um conhecimento-prazer visual, explícito e produzido pela *scientia sexualis*, influenciando na criação e produção das “tecnologias do visível”, como a fotografia, o cinema e o vídeo que poderiam ser considerados uma forma de “conhecimento-prazer” da sexualidade (FOUCAULT, 2019, p. 177). Foucault (2019) estabelece diferenças entre o que ele chama *ars erotica*, culturas greco-romanas e não ocidentais nas quais a sexualidade é construída através de práticas e experiências cumulativas, que ensinam o prazer através das artes como forma de domínio sobre si e auto-controle; enquanto na nossa cultura prevaleceu a *scientia sexualis*, discursos que buscavam revelar as verdades científicas do sexo, procurando compreender, qualificar e enquadrar as experiências sexuais dentro de um discurso científico medicinal. Essas questões vieram a se projetar em uma regulação médica no que concerne às sexualidades ditas desviantes e a produção da diferença entre o normal e o patológico, pois é mais ou menos neste mesmo momento em que se nomeiam as identidades sexuais (heterossexual, homossexual, histórica, fetichista, sadomasoquista) como tipologias visuais representáveis. Se a representação médica busca fazer confessar o corpo através de uma verdade do sexo, a pornografia buscará fazer o prazer visível.

Dado que a biopolítica tornou o sexo não apenas uma preocupação em relação ao cuidado mas uma preocupação que é vigilante, o corpo sexado como feminino, de útero/fértil tem sido objeto de estudo, conhecimento e apropriação no discursos da ciência médica, da religião, etc. Assim, cito Paul B. Preciado, que escreveu o Manifesto Contrasssexual (2016) traz a questão do feminino e masculino como conceitos biopolíticos, inventados e performados. O sexo é desde o século XVIII, como falamos anteriormente, um objeto de poder e normalização que vem a regular as formas de performar sexualidades e gênero (Preciado, 2017; Foucault, 2006). Assim, feminino e masculino são produções estilizadas como algo que é padrão biologicamente, que produz certa naturalização social e, assim, é uma técnica biopolítica que permite uma regulação sexual.

Neste sentido, Preciado (2008) propõe, em seu escrito Testo Junkie, o termo “pornopolítica”, uma das formas dominantes da ação biopolítica no regime capitalista contemporâneo. A pornopolítica não se restringe à regulação das condições da reprodução da vida, mas evidencia o modo como o sexo se impõe nos jogos de poder através dos discursos sobre ele e da produção de sua normalização. Na sociedade farmacopornográfica, as tecnologias tornam-se parte do corpo. O corpo já não habita os espaços disciplinares mas já está habitado por eles. A sociedade seria habitada por subjetividades tóxico-pornográficas, substâncias que invadem o metabolismo com ofertas específicas e variadas de desejo por meio das quais o sujeito se alimenta (PRECIADO, 2008). Assim, a produção de gênero se dá em uma teia de produção subjetiva que pode se atualizar ou virtualizar. Seus mecanismos são indutores de uma masturbação controlada pela produção de gênero, o que o autor descreve como uma experiência de alucinação farmacológica que abre mão da subjetividade do sujeito em troca da maximização produtiva do seu desejo (PRECIADO, 2008). A atualização, como vimos anteriormente, é a resolução de um problema, como uma invenção, um meio para um fim. As atualizações da produção de gênero são pornográficas no sentido em que se infiltram e dominam os afetos humanos (PRECIADO, 2008). Essas atualizações, portanto, são globais e promovem uma sensação excitante desse mercado pornográfico, solicitando dos sujeitos uma constante imersão.

Outra forma que atualiza a pornografia opera no auge inicial da fotografia e do cinema - dispositivos de produção e intensificação do olhar - a partir da aparição dos primeiros filmes denominados *stag films* (filmes para solteiros), *blue movies* ou *smokers*, filmes curtos que, mais tarde, foram categorizados como pornografia dado o seu conteúdo: corpos nus, contato físico e atividades sexuais. Estas eram cenas filmadas por homens cujo consumo e o prazer também eram destinados somente a outros homens heterossexuais, em bordéis e clubes masculinos. Tais dispositivos de produção de prazer sexual eram e majoritariamente estão segregadas em gênero, idade e classe social e até os anos 70 era reservada somente ao masculino (PRECIADO, 2017). É importante pontuar também que a pornografia como conhecemos hoje produz corpos irrealis, e experiências majoritariamente para homens, onde mulheres são caracterizadas por gostar de algo violento, e que seu não quer dizer sim.

Como na pornografia o corpo é vulnerável à imagem, a hierarquia construída socialmente entre os gêneros e como cada um destes deve performar são, então, um fator de estruturação da semiótica visual da pornografia, que transforma o corpo feminino em objeto de prazer visual (PRECIADO, 2017). Uma das questões que perpassa o espaço dos homens é que homens aprendem a se calar e não acusar o outro para serem aceites por outros homens. O silenciamento se traduz, para eles, como cumplicidade, é um silenciamento mascarado de cumplicidade e que, protegido por seus colegas, pode agora fazer os outros sofrerem o que ele ainda tem medo de sofrer. Essa é também uma estratégia de resistência para lutar contra o medo. “O pequeno homem deve aprender a aceitar o sofrimento, sem dizer uma palavra para integrar o círculo restrito dos homens” (WELZER-LANG, 2001, p 463). Neste sentido, uma atualização da casa dos homens se dá, por exemplo, a partir da existência de grupos de homens no whatsapp, tendo como marcador comum a objetificação sexual das mulheres (ZANELLO, 2020).

“A ligação gerada pela Casa dos Homens é aceita e constantemente afirmada na sociedade conservadora e machista, pois se propõem que homens em grupos fiquem unidos, deem apoio uns aos outros, e coloquem o bem do grupo acima de ganhos e reconhecimentos individuais”. (hooks, 2020, p. 35)

Imagem - Sexualização da maternidade e amamentação



Fonte: Página de Milena Jenckel, 2021²⁷

Entre outras questões, a postagem de Milena, que fala sobre maternidade em sua página, trás uma questão muito importante: a sexualização da amamentação

²⁷ Disponível em: https://www.instagram.com/mjenckel/p/CO_nu-dBGcZ/?utm_medium=copy_link

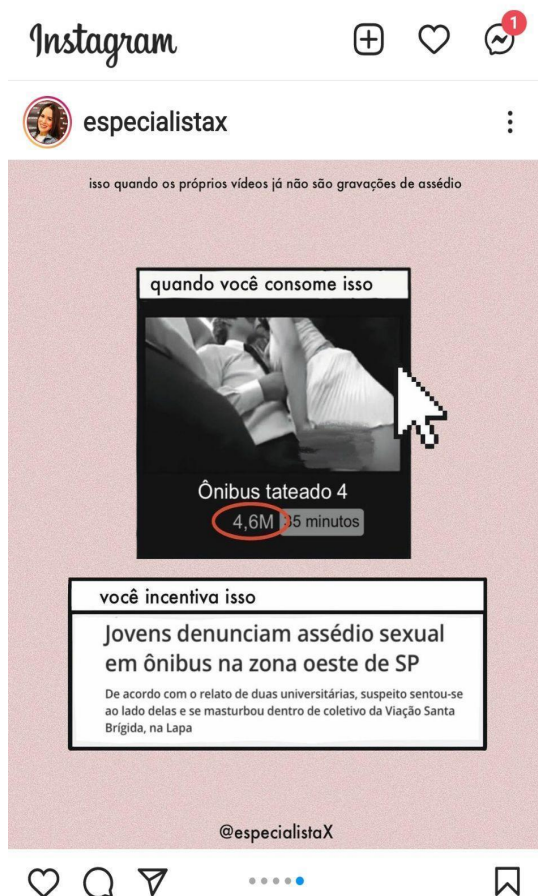
que tem seus corpos, enquanto lactantes, censurados, assim como seus vídeos quando postados na rede social. E a censura não para ali, mas ao amamentar em público também. O que acontece neste ato é a erotização e a sexualização do corpo das mulheres, afinal, o peito serve, ali, para atender ao prazer masculino, mas para as necessidades do bebê. A postagem de Milena, assim, virtualiza esse problema, ao ecoar a voz de tantas mulheres juntas que compartilham e identificam na postagem dela os próprios desconfortos, ao ir contra comentários desrespeitosos.

Mas qual o link dessa situação com a pornografia feita para o prazer masculino? A pornografia *mainstream* atual se atualiza de forma muito mais violenta, caracterizada por quem faz e consome o pornô como ele é hoje: algo violento e irreal, além de apresentar problemas sérios nos bastidores, como o não consentimento e tortura. Os scripts pornográficos dessa lógica também enfatizam padrões de beleza culturalmente aceitos, se tornando norma nas sociedades ocidentais e tendo indiscutível influência na cultura brasileira.



A indústria da beleza ainda é responsável por práticas mutilatórias, e aliada com a indústria da pornografia, geram um *boom* em cirurgias vaginais estéticas entre jovens. Essas práticas não podem ser ignoradas quando nosso objetivo é a

libertação e a emancipação de todas as mulheres. A relação com a cultura do estupro é que a pornografia mainstream descreve mulheres dizendo “não”, mas eventualmente mudando de ideia e realizando sexo forçado, sofrendo humilhações e diversas agressões físicas. Além disso, a pornografia molda comportamentos, pois assistir cenas de submissão desumanizante propaga a ideia de que isso é algo natural na relação sexual. Também figura dinâmicas de poder desequilibradas nos relacionamentos e passa determinado modelo sexual aos jovens, com a agressão como parte e a objetificação do corpo de mulheres como algo naturalizado entre grupos de homens. Consumidores de pornografia violenta tem maior probabilidade de usar coerção verbal, drogas e álcool para coagir principalmente mulheres a fazer sexo, além de acreditarem que elas secretamente gostam de ser estupradas



(FOUBERT, 2017).

Fonte: Página *especialistax*, 2021²⁸

Nas relações entre gêneros, a hierarquia é um ato de domínio, de mostrar poder sobre outro gênero ao reduzi-lo a corpos consumíveis sexualmente. Como argumenta Preciado (2017), a pornografia propõe pedagogias da sexualidade, não representando a realidade do sexo, mas operando como uma máquina performativa que produz modelos de sexualidade, além de reforçar uma divisão entre público e privado. A indústria do sexo também lucra trilhões através da objetificação e comercialização do corpo feminino e, os homens aprendem desde infância a tratar mulheres de formas objetificantes. Assim, a pornografia vem sendo a principal fonte de educação sexual para jovens e adultos. Consequentemente, o consentimento não tem papel principal quando se fala de sexo e relações entre homens e mulheres, e o mesmo ocorre quando falamos sobre violência sexual. Encarar agressores sexuais como monstros seria problemático no momento em que se depara com homens comuns, com valores comuns e sem nenhuma ideia do que significa consentimento. Abdulali (2019) fala que normalmente, pautas de educação sexual estão relacionadas a um controle pedagógico e repressivo. Dentro desse contexto, acabamos dependendo da mídia e de outras instituições culturais que modelam de acordo como o ato sexual deve ser. Com o acesso gratuito e irrestrito à pornografia mainstream no ciberespaço, cada vez mais se propaga uma ideia “que coloca os homens como protagonistas sexuais, as mulheres como preceptoras do desejo dos homens (ABDULALI, 2019), e a comunicação do consentimento como algo letal. Quem cala não consente.

Figura - corpo objetificado

²⁸ Disponível em: https://www.instagram.com/p/CSqA9z-rkZe/?utm_source=ig_web_copy_link acesso em 16 de agosto 2021.



Fonte: Página *especialistax*. instagram, 2021²⁹.

A partir de toda subjetivação que a pornografia *mainstream* pode ter na socialização dos sujeitos, ela segue se atualizando quando homens enviam fotos de seus pênis sem consentimento, assediam através de comentários em fotos e vídeos de diversas redes sociais como Instagram e tiktok, além de intimidar, hostilizar, e linchar diversas mulheres nesses espaços, as perseguindo, muitas vezes, obsessiva e reiteradamente.

Figura



²⁹ Postagem disponível em:

<https://www.instagram.com/p/CMk-SO2BKld/?utm_source=ig_web_copy_link> Acesso em 20 mar. 2021.

Fonte: página *ferminismo*, Instagram, 2021³⁰.

Desta forma, enquanto uma postagem pode ser potente e passível de auxiliar num movimento de militância, ela também pode desencadear movimentos de violência, e para fins deste trabalho é essencial também pensar em certas capturas que tem acontecido no ciberespaço. Tal assédio acontece reiteradamente em fotos e vídeos de mulheres, independente das roupas que usam ou conteúdo do vídeo.

Em 2019 uma mulher passou por horas sofrendo violências de um homem que conheceu através do aplicativo Tinder³¹. Dias depois, outro homem foi detido por ejacular sobre uma passageira em um trem³². Em fevereiro de 2020 uma adolescente de 17 anos, de Viamão - RS, gravou um vídeo do assédio ocorrido durante uma corrida solicitada através dos aplicativos de carro particular e o motorista justifica o ocorrido às roupas que a menina usava³³. Em 2020, a hashtag #justiçapormariferrer e #estuproculposonãoexiste surgiu amplamente no mundo digital, pois Mariana Ferrer foi brutalmente humilhada pelo advogado de defesa no seu caso de estupro, não sendo corretamente representada pelo Ministério Público não recebeu intervenção adequada por parte do juiz, que justificou estupro culposo. A divulgação do vídeo de sua audiência gerou movimentações nas redes sociais e levou usuários a questionarem como o sistema de Justiça se posiciona diante das mulheres e das acusações que são relacionadas à violência baseada em gênero³⁴. O caso evidenciou de forma explícita os efeitos da cultura do estupro em nossa sociedade ao considerar um estupro, que mesmo comprovado, foi entendido como culposo, sem intenção. Sentença essa sendo marcada por privilégios de raça e classe por parte do esturador.

³⁰ Postagem disponível em: <https://www.instagram.com/p/CL9K_iZjH4/?igshid=1598z759qj6al> Acesso em: 13 mar 2021.

³¹ Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2019/02/mulher-e-espancada-por-4-horas-em-primeiro-encontro-com-homem-que-conheceu-nas-redes/>> Acesso em 20 set 2020.

³² Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/02/22/video-mostra-homem-sendo-detido-apos-ejacular-em-jovem-em-trem-da-cptm-em-sp.ghtml>> Acesso em 20 set 2020.

³³ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/02/me-senti-vulneravel-incapaz-diz-adolescente-que-gravou-assedio-de-motorista-de-app-durante-corrída-ck6r41i100hu801mvkbgrt9u.html>> Acesso em 13 abr 2020.

³⁴ Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/11/10/caso-mari-ferrer.htm>> Acesso em 30 dez. 2020.

Pornografia e sexualização precoce

Figura



Outra violência é o corpo desejado jovem. O que pesquisam em sites pornôs é o termo novinha, é uma faixa etária que é infantil e que essa busca de que toda construção do desejo do homem é pelo corpo infantil. Ou seja, a cultura do estupro é fortemente atravessada por uma cultura da pedofilia. As imagens acima se referem a uma mulher, de 20 anos, ter contado que entrou aos 12 anos na casa da amiga para brincar de boneca e saiu de lá casada com um “cinquentão”; em outro vídeo, ela fala sobre ter casado com ele pouco antes de fazer 15 anos com apoio de sua família e teve sua filha com 16, que recebe muitos julgamentos. há uma enorme romantização da violência sexual e uma sexualização infantil, baseado em discursos que criam a ideia de meninas serem mais maduras que meninos e que, portanto, podem e devem assumir responsabilidades. Também é preciso falar sobre isso quando uma menina de 12 anos desperta o desejo de homens adultos.

Nas relações entre gêneros, a hierarquia é um ato de domínio, de mostrar poder sobre outro gênero ao resumi-lo a corpos consumíveis sexualmente. Algumas das categoria mais acessadas do Pornhub, site de pornografia mainstream, é *Teen* (adolescente), *colegial*, *Barely Legal* (quase ilegal), e *novinha*. Esse tipo de

pornografia, que é a pornografia em massa como a conhecemos hoje, produz pornô e desejos mecanicistas, assim como práticas sexuais que são irrealis e em lógicas que objetificam mulheres (SARNET, 2014).As ninfoplastias, cirurgias estéticas que consistem na remoção de pele dos lábios vaginais tem ganhado popularidade, assim como a himenoplastia, que promete restaurar vaginas das mulheres para um padrão que tenta retratar um corpo que ainda é virgem³⁵. Meninas também representam, cada vez mais novas, campanhas publicitárias de forma que são hipersexualizadas.As crianças seguem sendo as maiores vítimas da cultura do estupro, mas sem tanta visibilidade, onde as crianças são entendidas como responsabilidade única e exclusiva dos membros da família, espaço onde majoritariamente ocorrem abusos. Essa é uma violência invisível e naturalizada. É importante ressaltar que tanto masculinidades como feminilidades se produzem a partir de um desejo de corpos irrealis, baseado em noções torcidas que moldam o corpo-mulher a serviço do outro, e caracterizam o homem como dominador, conquistador, a objetificando para o consumo masculino, e certamente a indústria cinematográfica tem refletido o tom disso.

Figura

³⁵ Disponível em: <https://tribunaonline.com.br/dobra-a-procura-por-cirurgia-intima>. Acesso em 11 set. 2021

← Publicações



textosdabruna



Gente? E esse vídeo que o Wesley Safadão postou e esse homem agarra esse menina por trás e ela fica claramente desconfortável



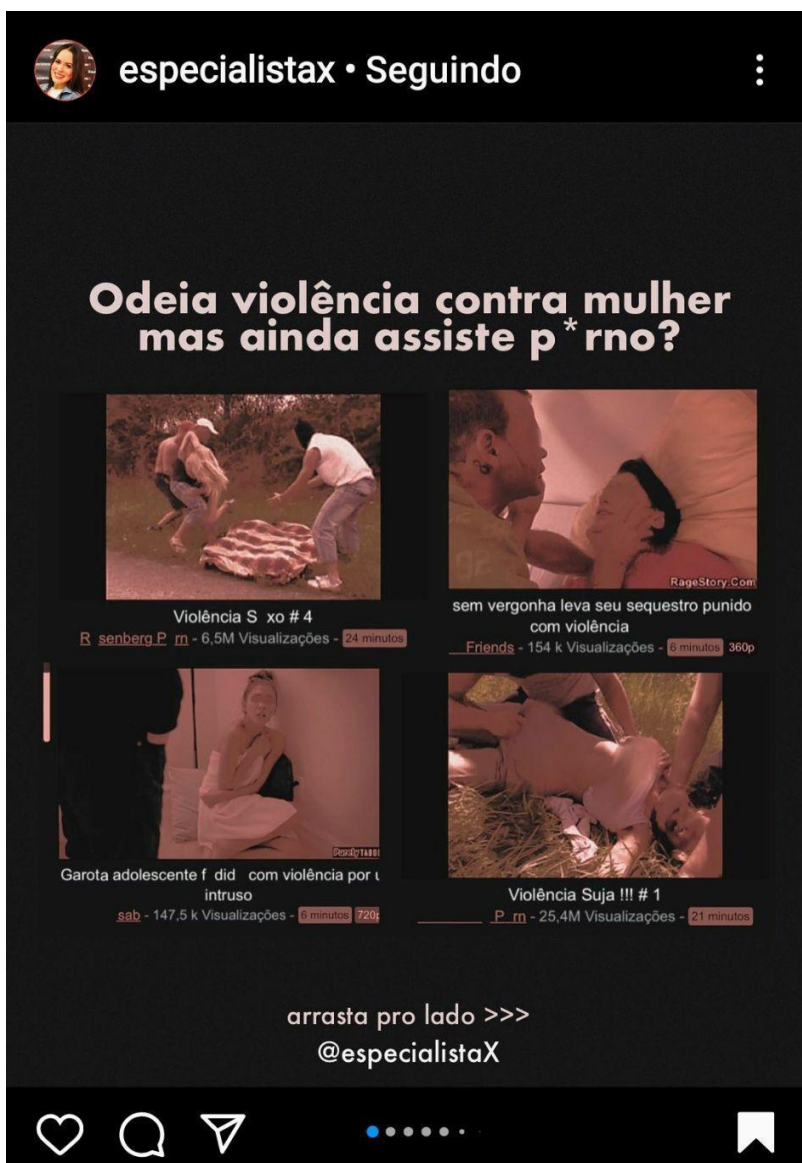
Fonte: Página textos da Bruna, no Instagram. (a postagem foi derrubada)

Na imagem anterior, um líder religioso assedia uma criança na residência de um artista famoso, a abraçando por trás, tocando em seu seio. A criança se assusta e o empurra. Ele se afasta gradualmente puxando a camiseta para baixo, escondendo sua ereção. Tal conduta sofreu diversas tentativas de denúncia na própria rede, sendo silenciadas, tiradas do ar. Ao resistirmos somos censuradas, ameaçadas, e a violência ao corpo infantil é normalizada, pois, é amigo da família, e a maldade está nos olhos de quem vê³⁶. São esses casos, por exemplo, que criam no imaginário masculino à sensação de que podem fazer qualquer coisa, de que saem impunes, e que reforça um pacto de silêncio dos homens.

Figura

³⁶ Disponível em:

<https://www.metropoles.com/celebridades/safadao-nega-acusacoes-de-abuso-sexual-envolvendo-pastor-da-familia> Acesso em 05 set. 2021.



Fonte: Página *especialistax*. instagram, 2021³⁷

É sobre isso, mas também não é sobre isso. Pois, o pornô não se resume somente a práticas violentas. Chegamos num ponto importante dessa escrita. Pornografia e indústria pornográfica são coisas diferentes. A indústria pornográfica, dissemina ideias totalmente erradas sobre nossa sexualidade, relações, autoconhecimento, desejo e prazer. Realmente temos que parar de consumir essa produção que é violenta, e conhecer outras formas que figuram a pornografia.

³⁷ Postagem disponível em:

https://www.instagram.com/p/CRPu83GIStD/?utm_source=ig_web_copy_link acesso em 12 de julho 2021

Figurando pornografias

Entre as reflexões no campo da teoria queer, encontram-se propostas para pensarmos o questionamento e a resignificação dos códigos normativos que polarizam masculinidade e feminilidade, heterossexualidade e homossexualidade, que ignoram todos os sujeitos que estão ou circulam pelas fronteiras dessas normas. (SARNET, 2014). Trata-se de confrontar, desconstruir e até mesmo redefinir os imaginários sexopolíticos vigentes, a partir da representação de corpos, gêneros e identidades sexuais historicamente marginalizadas, além do desmantelamento de estéticas e linguagens criadas na e pela indústria pornográfica tradicional, branca, capitalista e heterossexualmente orientada. Nas obras e ações pós-pornográficas, os discursos sobre a resignificação dos códigos de gênero vão ao encontro de reflexões acerca dos limites entre corpo e máquina, tecnologia e cotidiano, privado e público, indivíduo e sociedade, pertencimento e território. (sarnet 2014)

O Movimento pós porno mais famoso é o post-OP, termo biomédico em referência ao processo que pessoas trans passam depois da cirurgia, é usado, pois, se acredita que as pessoas são produzidas em padrões muito marcados como gênero e sexualidade, e levar do privado ao público a problematização de se pensar e estimular outras partes do corpo que possibilitam prazeres que não são explorados a partir da visão de uma sexualidade que se expressa de forma livre, em contrário ao que a indústria pornográfica *mainstream* impunha. Se propõe falar do sexo como uma performance. O pós pornô traz perspectiva de mulheres trans, negras, e tantas outras formas de ser mulher, a partir de práticas sexuais e políticas. Este é o ruído dentro de um sistema que barra determinados corpos e que subverte essa lógica de consumo violenta. É algo que nasceu dos feminismos, mas que necessita que mais mulheres estejam falando sobre isso A virtualização da pornografia acontece quando problematizamos a erotização relacionadas à descoberta do prazer, como autoconhecimento, aceitação do próprio corpo, poder explorar a própria sexualidade, e permitir-se vivenciar seus desejos e seus amores de maneiras não convencionais, além de descobrir o que te excita, e poder fazer tudo isso por você mesma e não por outra pessoa, pensando em você, na sua relação com seu corpo em primeiro lugar, e só após pensar na sua relação com o

outro. Eis, aí, uma das diversas formas de subverter às lógicas que nos violentam, de resistir e existir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isso não é uma despedida. Por um tempo tive dificuldade de encerrar este texto, ficando com a sensação de que não há como encerrar. Quando penso no encerramento, me vêm a mente o fechamento de uma discussão importante, que não deve ser encerrada. Eu travo. E antes de escrever essas considerações, fiquei com a sensação de que falta algo. Mas o encerramento da escrita é necessário para que outras venham. Portanto, não é o fim, aqui dou continuidade ao trabalho de muitas mulheres que juntas resistiram e que, através da escrita encontraram potência e espaço de acolhimento diante da leitura de tantas outras mulheres. Partilha. Dor. Compartilhamos desta distopia e da sensação da opressão de nossos corpos e saberes, mas também compartilhamos da resistência. Escrever, aqui, é resistir. Não me silencie, não me cale, não me conforme. E é assim que, juntas nessa jornada, seguimos acompanhadas das páginas de diversas mulheres que aqui foram citadas e que seguem escrevendo e acolhendo outras tantas mulheres. Habitamos territórios distópicos, e é ainda mais por isso que precisamos desterritorializar discussões tão importantes como a cultura do estupro. Com a pandemia da COVID-19 nos vimos convocadas a ressignificar nossas convivências e as formas de resistir. As redes sociais fazem parte desse processo e do (re)existir pandêmico. Portanto, sejamos bruxas, aias, medusas. Sejamos resistência. Não há um resultado certo para essa pesquisa, afinal, não há solução fácil. Precisamos estar cientes dos problemas e complexidades que enfrentamos.

Durante a escrita procurei transmitir uma visão realista do que a produção de gênero possibilita: resignificação e desconstrução ao estarmos cientes do problema, também trago da opressão, do silenciamento, da violência. E constantemente as estruturas de poder criam variantes e armadilhas para nos capturar e nos silenciar novamente. Mas veja, ao narrarmos as nossas histórias mesmo sendo libertador, é doloroso, pois nos faz revisitar nossas próprias cicatrizes. Bom, revisitar minhas próprias cicatrizes me fez ver o quanto fico com a sensação de satisfação ao dar

andamento em temas que me afetam não só no momento em que escrevo, mas que vivo. E a cartografia acaba sendo muito disso, sobre como o afeto chega na gente, sobre afetar e deixar-se afetar. Nesse sentido, sigo furando minhas próprias bolhas e destruindo as viseiras que me colocaram e me impediram, em algum momento, de compartilhar (nossas) histórias. Tenha certeza que essa escrita fala muito de mim, e muito de nós. Por vezes precisei me afastar e respirar outros ares para conseguir organizar o que me revira o estômago.

Mais do que reforço que nosso pessoal é político: não somos neutros e dentro de nossas opressões há muita força de resistência. Assim, a partir de uma escrita posicionada, corporificada e feminista pude compartilhar as escritas ciborgue e e sendo essa dissertação uma escrita ciberfeminista, ela se depara com muitas outras escritas ciberfeministas que encontro diariamente no cartografar que é esta distopia. Não querem nos ouvir, e, por isso, nossa escrita se faz ainda mais potente, para (alcance) locais onde tentem calar. Procurei discutir como o lugar social que certos grupos ocupam restringe oportunidades, e dessa forma, sigo problematizando aquilo visto como discurso único, levantando a problemática entre a cultura do estupro e como se constituem as masculinidades e feminilidades. A imagem do ciborgue se faz assim como um dispositivo possível para se repensar os dualismos e as fronteiras às quais nossos corpos são submetidos (HARAWAY, 2009) trabalhando o propósito de não impor uma epistemologia de verdade, e contribuindo para que o debate aconteça e se possa mostrar diferentes perspectivas. Que nos juntemos seja na academia, nas casas, nos muros, nas praças, nas paradas de ônibus, que estejamos com a fala apurada, mas com o ouvido ainda mais atento para não nos calarmos para as violências normalizadas. A figuração do ciborgue problematiza binaridades e nos auxilia na busca pela subversão. Dessa forma, em um mundo pandêmico e distópico dominado por homens, que sejamos possibilidade de desvio, de problematização, de não encerramento. Aqui, o fim da escrita abre novas possibilidades, novos desvios e novas questões. Convido-te, então, a seguirmos criando problemas.

REFERÊNCIAS

ABDULALI, S. **Do que estamos falando quando falamos de estupro**. Tradução de Luis Heyes Gil. Editora Vestígio: 2019

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. **Cartografar é habitar um território existencial**. In: *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 131–149.

ATWOOD, M. *O conto da aia*. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

BARROS, L. P. de; KASTRUP, V. **Cartografar é acompanhar processos**. In: *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 52–75.

BOCCHI, A. F. de A.; RODRIGUES, Marília Giselda. “**Aviso de gatilho**”: efeitos de corpo, testemunho e denúncia. *Gragoatá, Niterói*, v.25, n. Comemorativo, p. 334-356, julho 2020. <https://doi.org/10.22409/gragoata.v25iEsp.34199>

BRILHANTE, A. V. M. et al . **Cultura do estupro e violência ostentação: uma análise a partir da artefactualidade do funk**. *Interface (Botucatu), Botucatu* , v. 23, e170621, 2019 .

BROWNMILLER, S. **Against Our Will: Men, Women and Rape**. Londres: Penguin, 1975.

BUCHWALD, E.; FLETCHER, P.; ROTH, M. *Transforming a Rape Culture*. Milkweed Editions; Reprint edition. 1994

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista**. Judith butler. In: LORDE, Audre; HOLLANDA, Heloisa Buarque (orgs.). *Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

COSTA, L. B. da. **Cartografia: uma outra forma de pesquisar**. *Revista Digital do LAV – Santa Maria – vol. 7, n.2, p. 66-77, 2014*.

DELEUZE, G. **Diferença e Repetição**. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DINIZ, D. *Perspectivas e articulações de uma pesquisa feminista*. In: STEVENS, C.;

OLIVEIRA, S. R. de; ZANELLO, V. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2014.

FERREIRA, M. A. DE A.; BENEDITO MEDRADO; FONSECA, J. L. C. L. DA. **Homens e o movimento feminista no Brasil**. Cadernos Pagu, n. 54, p. e185414, 14 dez. 2018.

FOUBERT, J. D. **The Public Health Harms of Pornography: The Brain, Erectile Dysfunction, and Sexual Violence,** Dignity: A Journal on Sexual Exploitation and Violence: Vol. 2: Iss. 3, Article 6. 2017 DOI: 10.23860/dignity.2017.02.03.06. Available at: <https://digitalcommons.uri.edu/dignity/vol2/iss3/6><https://digitalcommons.uri.edu/dignity/vol2/iss3/6>

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.

FRANCO, L. **Violência contra a mulher: novos dados mostram que não há lugar seguro no Brasil**. BBC News Brasil, São Paulo, fev. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365503>. Acesso em: 20 dez 2020.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

HARAWAY, Dona. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOOKS, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução Bhuvi Libiano - 13ª ed - Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

HUSSON, A-C. **Éthique langagière féministe et travail du care dans le discours**. La pratique du trigger warning. Éditions de la Maison des sciences de l'homme: Langage & Société n° 159. Paris: 2017

IPEA. SIPS - Sistema de Indicadores de Percepção Social. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. Brasília: IPEA, 2014.

JESUS, J.G. de. (2012). **Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e termos**. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2.ed. Brasília. Recuperado de

<<http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%80NERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>

KASTRUP, V.; PASSOS, E. **Cartografar é traçar um plano comum**. Fractal, Rev. Psicol., Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 263-280, Aug. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922013000200004>.

LAURETIS, T de. **Technologies of Gender: Essays on Theory, Film and Fiction**. Bloomington: Indiana University Press, 1989.

Lemos, Marina Gazire. **Ciberfeminismo: novos discursos do feminino em redes eletrônicas**. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)

LÉVY, P. **O que é Virtual?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. ISBN - 857326036X

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: Ensaio e Conferências**. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LOURO, G. L. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições [online]. 2008, vol.19, n.2, pp.17-23. ISSN 1980-6248.

MEDRADO, B.; LYRA, J. **Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades**. Revista Estudos Feministas, vol. 16, nº3, Florianópolis, 2008, pp.809-840

MISKOLCI, R. **A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização**. Congresso de Leitura do Brasil. Campinas: Unicamp, 2007.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 17–31.

PASSOS, E.; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividades**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PINTO, C. R. J.. **Uma história do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRECIADO, P. B. **Museu, lixo urbano e pornografia**, 2017

PRECIADO, P. B.. **Testo Junkie**. The feminist press. 2008.

REGIS, V. M.; FONSECA, T. M. G.. **Cartografia**: estratégias de produção do conhecimento. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 24 – n. 2, p. 271-286, Maio/Ago. 2012

Ribeiro D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; 2017. (Feminismos plurais).

RODRIGUES, D. dos S. (2016). **As manifestações públicas pelo combate das desigualdades culturais e políticas**: evidências da cultura do estupro no século XXI. *Revista Espaço Acadêmico*, 16(183), 39-50. Recuperado de <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/3286>

ROLNIK, S. *Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo*, Editora Estação Liberdade, São Paulo, 1989.

,SILVA, S. G. da. **A crise da masculinidade**: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 26, n. 1, p. 118-131, 2006 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000100011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 out. 2020.

Sousa, Renata Floriano de *Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres*. *Revista Estudos Feministas* [online]. 2017, v. 25, n. 1 [Acessado 22 Março 2022] , pp. 9-29. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>>. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 2, n. 20 , p. 71-100, jul./dez. 1995.

TIBURI, M. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos/Marcia Tiburi - 4a ed. - Rio de janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. 126 p.: il; 18 cm.

VALENTE, T. Z., MARCINIK, G. G. **As práticas de resistência da mulher e a “Marcha das Vadias”**. *Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas*, ISSN 2177-8248. Universidade Estadual de Londrina, 2014. <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT9_Thaysa%20Zubek%20e%20Ge%20Grube.pdf>. Acesso em 17/04/2021.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e dominação das mulheres e homofobia. Rev. Estud. Fem. 9 (2), 2001. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>

ZAMBENEDETTI, G. & Silva, R. A. N. (2011). **Cartografia e genealogia:** aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. Psicologia & Sociedade, 23(3), 454-463.

ZANELLO, Valeska. **A casa dos homens em grupos masculinos de whatsapp:** misoginia e cumplicidade. Youtube, 20 mai. 2020. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Sss2F3mVPg8>> Acesso em: 17 mar. 21.